



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
 SECRETARIA DE PERÍCIA, PESQUISA E ANÁLISE
 – Centro Nacional de Perícia –**

PARECER TÉCNICO Nº 1086 – ANPA/CNP/SPPEA

PROCEDIMENTO DE REFERÊNCIA	IC 1.23.002.000648/2021-49
GUIA DO SISTEMA PERICIAL	106/2022
UNIDADE SOLICITANTE	PRM-Santarém
AUTORIDADE REQUERENTE	Gustavo Kenner Alcântara
EMENTA DA PERÍCIA	Parecer Técnico para apurar a importância e o significado do Sítio Arqueológico Santarenzinho (Rurópolis/PA) na perspectiva do povo Munduruku da bacia do rio Tapajós, bem como as possíveis implicações sociais e cosmológicas de sua destruição total ou parcial pela empresa Transportes Bertolini Ltda. com a possível implementação da Estação de Transbordo de Cargas (ETC) Rurópolis.
TEMÁTICAS	Povos Indígenas; Lugares Sagrados
COORDENADAS	Feição considerada: (x) pontual () linear () poligonal Lat/Long dec.: 1.Enterramento 1 no Sítio Arqueológico Santarenzinho: -4.202130° Lat. -55.832790° Long. 2.Enterramento 2 no Sítio Arqueológico Santarenzinho: -4.202960° Lat. -55.833090° Long 3.Enterramento 3 no Sítio Arqueológico Santarenzinho: -4.203910° Lat. -55.832400° Long.
PERITOS RESPONSÁVEIS	Sérgio Brissac e Pedro Moutinho

1. Introdução

O presente parecer técnico foi elaborado conjuntamente pelos peritos em Antropologia do Ministério Público Federal (MPF), Sérgio Brissac e Pedro Moutinho, a partir da Solicitação de Perícia nº 106/2022, requerida pelo Procurador da República Gustavo Kenner Alcântara, titular do 1º Ofício Cível da Procuradoria da República no Município de Santarém (PRM-Santarém), no âmbito do Inquérito Civil (IC) em epígrafe.

O referido inquérito foi instaurado a partir do Ofício nº 05/2021, de 10 de dezembro de 2021, enviado ao MPF pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em que comunica a existência de quatro¹ enterramentos primários² na área do Sítio Arqueológico Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, no contexto dos estudos arqueológicos realizados pela empresa Zanettini Arqueologia para licenciamento das obras de construção da Estação de Transbordo de Cargas (ETC) Rurópolis, da empresa Transportes Bertolini Ltda., para escoamento de grãos do centro-oeste brasileiro até o porto de Barcarena, no Pará.

No ofício, as arqueólogas Bruna Cigaran da Rocha e Camila Pereira Jácome afirmam que o “sítio arqueológico, de alta relevância para a Arqueologia e para os povos indígenas, é de grandes proporções, com ampla área de terra preta de índio e grande quantidade de vestígios arqueológicos” e que “historicamente o povo Munduruku já ocupou este local quando o mesmo era uma missão denominada Uxituba” (IC em epígrafe, doc. 1, p. 2).

As coordenadoras do bacharelado em Arqueologia da UFOPA destacam que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi comunicado acerca dos sepultamentos em setembro de 2021 pela empresa Zanettini, por meio do Termo de Conclusão de Campo (TCC), e que, no mesmo mês, foi recomendada a realização de consulta ao povo Munduruku, conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, o Iphan desconsiderou a

¹ Dos quatro enterramentos encontrados a partir da abertura de trincheiras para prospecção arqueológica, três deles caracterizavam estruturas funerárias enquanto o outro apresentava ocorrência de ossos humanos desarticulados junto a vestígios variados.

² Enterramentos primários consistem no primeiro ritual com o corpo, quando há o depósito direto do cadáver em covas. Já os enterramentos secundários configuram um novo tratamento do corpo, quando este é removido do local onde foi inicialmente alocado e conduzido para outro ambiente.

recomendação de consulta e solicitou que a empresa Zanettini apresentasse “proposta de continuidade das escavações com feições funerárias” (Parecer Técnico nº 30/2021 - Iphan-PA/COTEC Iphan-PA/Iphan).

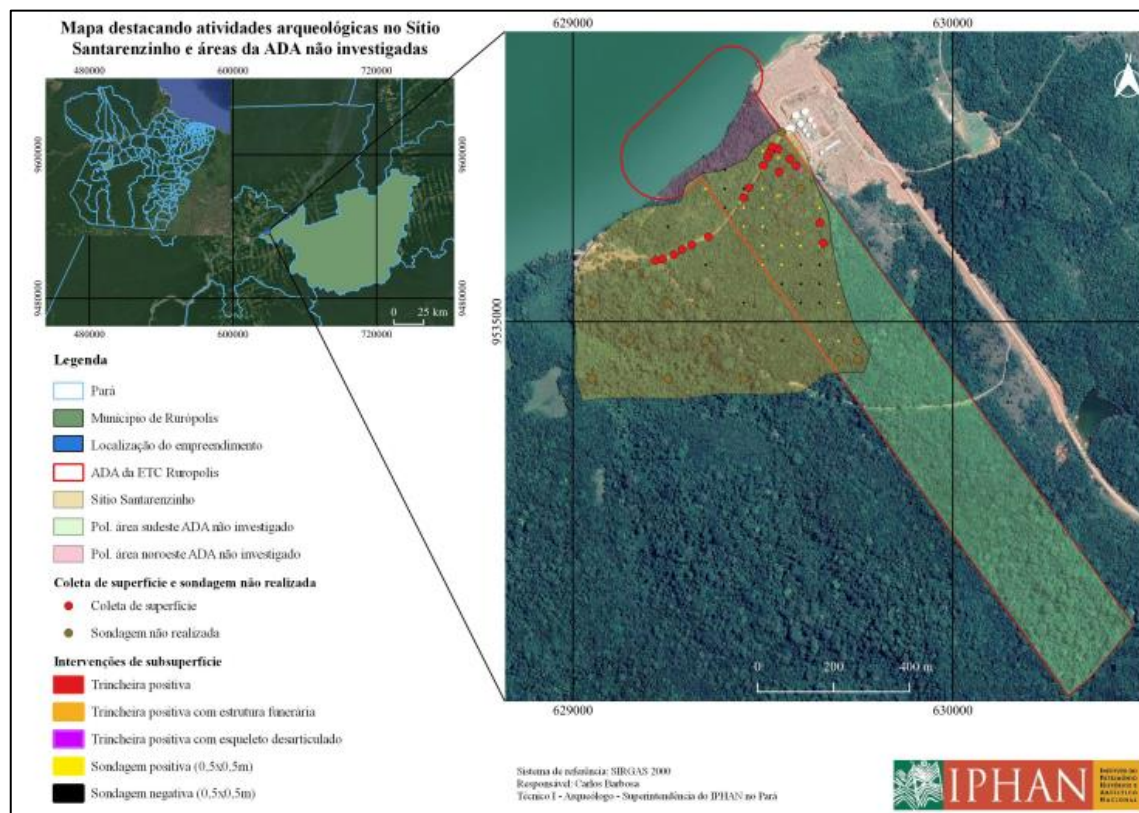


Imagem 1: Localização do Sítio Santarenzinho (sombreado amarelo) em relação à ETC Rurópolis (traçado vermelho) e posicionamento das trincheiras com estruturas funerárias e esqueletos desarticulados. Fonte: Parecer Técnico nº 30/2021 - IPHAN-PA/COTEC, p.3.

Ao final do ofício, as arqueólogas solicitam a viabilização rápida da visita de pajés e lideranças Munduruku ao Sítio Santarenzinho, para avaliarem se os sepultamentos podem ser de seus antepassados, e recomendam a atuação da perita em Arqueologia do MPF, Sandra Nami Amenomori, para acompanhar o caso. A partir das informações apresentadas pelo referido documento, a PRM-Santarém instaurou, em dezembro de 2021, o IC supracitado e expediu ofícios ao Iphan (Ofício nº 522/2021) e à empresa Zanettini Arqueologia (Ofício nº 523/2021) para se manifestarem acerca dos fatos narrados, além de ter cadastrado formalmente a solicitação de perícia em Arqueologia (SP nº 3600/2021) à Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA).

Em resposta ao Ofício nº 523/2021, o arqueólogo Paulo Eduardo Zanettini, Coordenador-Geral da empresa Zanettini Arqueologia, relata que sua empresa

foi contratada pela Ambientare – Soluções Ambientais Eireli (que presta serviços a Transportes Bertolini Ltda.), para desenvolver o programa de salvamento do Sítio Arqueológico Santarenzinho, que resultou em “um acervo composto por mais de 50 mil fragmentos e artefatos arqueológicos (peças líticas e cerâmicas, vestígios faunísticos e amostras de carvões para datação)” (IC em epígrafe, doc. 10, p. 3).

Ao se referir aos vestígios arqueológicos encontrados, Zanettini afirma que os membros da equipe estão “cientes das múltiplas significações que tais testemunhos podem vir a assumir para os Munduruku, para além de seu notório valor científico” e, portanto, manifestam-se “**amplamente favoráveis quanto à necessidade de aproximação e estabelecimento de diálogo com as lideranças indígenas**”; e conclui que

“a continuidade da pesquisa arqueológica nas estruturas funerárias em questão - desde que conduzida com o devido consentimento dos Munduruku e anuência do Iphan, irá contribuir, igualmente, com informações pertinentes e importantes a respeito de sua história e de seus antepassados, dentro de uma perspectiva eminentemente ética, com pleno respeito aos seus direitos (IC em epígrafe, doc. 10, p. 4).

Por sua vez, a superintendente do Iphan/PA, ao responder o Ofício nº 522/2021, informa por meio do Ofício Nº 1580/2021 “que o referido projeto de Arqueologia foi aprovado sob a Portaria nº 34, de 14 de maio de 2021, D.O.U de 17.05.2021 (SEI 2678424) para atender ao licenciamento ligado à construção de uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC) identificada como ETC Rurópolis” e relata que, em 09 de setembro de 2021, a Zanettini Arqueologia entregou o “Termo de Conclusão de Campo - Ambientare (SEI 2957416), com os resultados decorrentes dos trabalhos de campo desenvolvidos na área do supracitado sítio e futura ETC” (IC em epígrafe, doc. 11, p. 1).

No ofício, o Iphan menciona que o próprio Coordenador-Geral da empresa Zanettini Arqueologia enviou diversas mensagens por e-mail àquela autarquia solicitando “orientação quanto ‘(...) a **procedimentos de consulta a serem adotados neste caso, visto que tais remanescentes humanos poderão suscitar questionamentos por parte das lideranças indígenas Munduruku**” (IC em epígrafe, doc. 11, p. 2, grifo nosso). No entanto, a superintendente do órgão informa que não havia recebido nenhuma reivindicação formal dos indígenas sobre o assunto; que

qualquer pedido posterior a respeito dos restos mortais encontrados deveria ser endereçado ao Iphan para os devidos encaminhamentos; e que a instituição não é contrária a pleitos legítimos sobre o material encontrado no sítio.

Diante das respostas supracitadas e das informações obtidas até então, a PRM-Santarém deu seguimento, em janeiro de 2021, aos trâmites formais para viabilizar a perícia arqueológica, além de solicitar, por meio da SP nº 106/2022 à SPPEA, “a designação de perito antropólogo para atuar no caso, considerando a possibilidade de o Sítio Arqueológico Santarenzinho guardar estreita relação territorial e espiritual com os Munduruku do Alto e Médio Tapajós” (IC em epígrafe, doc. 14, p. 9).

Assim, o objetivo da perícia arqueológica, de acordo com os quesitos formulados na guia pericial, consiste em subsidiar a atuação do MPF com o intuito de “confirmar, junto aos indígenas locais, o pertencimento dos achados arqueológicos aos seus antepassados, configurando, assim, o vínculo territorial e espiritual com o Sítio Arqueológico Santarenzinho” (IC em epígrafe, doc. 17.1, p. 2).

O MPF também consultou a Coordenadora da Associação Indígena Pariri³, Alessandra Korap, sobre o interesse do povo Munduruku em visitar o Sítio Arqueológico Santarenzinho, obtendo resposta positiva quanto à necessidade de visita ao local, além de um pedido de apoio ao MPF para viabilizar a visita de pajés, caciques e lideranças (IC em epígrafe, doc. 22, p. 1).

Entre os dias 07 e 11 de fevereiro de 2022, a perita em Arqueologia do MPF, Sandra Nami Amenomori, realizou o trabalho de campo envolvendo visitas ao Sítio Santarenzinho, em Rurópolis, e à reserva técnica (RT) do Laboratório de Arqueologia Curt Nimuendajú II da UFOPA, em Santarém, que acondicionará o material arqueológico proveniente do referido sítio.

A perícia arqueológica resultou no Laudo Técnico nº 186/2022-ANPMA/CNP, finalizado em 25 de fevereiro de 2022, que relata a visita da perita ao Sítio Santarenzinho, acompanhada por lideranças Munduruku. De acordo com o laudo, foi explicado pelos indígenas que “somente o pajé poderia confirmar se os restos

³ “Com sede na Aldeia Praia do Mangue (Itaituba), a associação Pariri foi criada no dia 8 de novembro de 1998, com o principal objetivo de lutar pela sobrevivência física e cultural do povo Munduruku do Médio Tapajós, representando legalmente onze aldeias: Praia do Mangue (170 pessoas, 30 hectares), Praia do Índio, Sawre Apompu, Sawre Jaybu (Terra Indígena Sawre Bapim); Dace Watpu, Sawre Muybu, Boa Fé, Karo Muybu, Dajekapap, Sawre Aboy, Poxo Muybu, (Terra Indígena Sawre Muybu)”. In: <http://www.aipariri.com.br/untitled-c1k5m>; Acesso em 14.09.2022.

mortais encontrados no Sítio Santarenzinho são do povo Munduruku” (IC em epígrafe, doc. 31, p. 29). A maior prova desta constatação foi dada pelo Pajé Fabiano Karo Munduruku, que, ao se posicionar em frente à primeira trincheira coberta por tábuas de madeira, e após solicitar silêncio para conversar com os espíritos, pediu que fossem retiradas apenas duas tábuas, revelando o ponto exato onde estava o crânio de um dos sepultamentos. Em seguida, o pajé afirmou que “toda a área do Sítio Santarenzinho é sagrada e que os espíritos pediram que os remanescentes humanos não sejam removidos e/ou retirados do local”, ressaltando, no entanto, que, de acordo com o Protocolo de Consulta Munduruku, “qualquer decisão por parte do povo Munduruku só é feita com a aprovação de todos os representantes do Médio e Alto Tapajós, por meio da Assembleia Geral dos Munduruku” (IC em epígrafe, doc. 31, p. 29). Por fim, o laudo sugere

“que a Superintendência do Iphan-PA considere a decisão dos representantes dos Munduruku, para que os remanescentes humanos encontrados no Sítio Santarenzinho, continuem *in loco*, assim como considerem a importância dos seus lugares sagrados e o fato que alguns desses lugares já foram destruídos (a exemplo de Karobixexe, ou a Cachoeira de Sete Quedas, no baixo rio Teles Pires), e que a empresa Bertolini Transportes Ltda seja notificada e encaminhe alternativas para preservar as áreas onde encontraram os remanescentes humanos” (IC em epígrafe, doc. 31, p. 30)

Diante das informações apresentadas pelo laudo arqueológico do MPF e frente à ausência de qualquer iniciativa formal por parte da SEMAS/PA ou do Iphan para iniciar o processo de consulta prévia, livre e informada ao povo Munduruku sobre o Sítio Santarenzinho, o MPF em Santarém expediu, em 25 de março de 2022, a Recomendação nº 3/2022/GAB1/PRM/SANTARÉM que, entre outras medidas, solicita à Transportes Bertolini Ltda, à SEMAS/PA e ao Iphan que aguardem a realização da consulta prévia aos Munduruku antes da liberação de qualquer intervenção no referido sítio arqueológico.

No final de março, a perícia antropológica requisitada pela PRM-Santarém foi iniciada pelos peritos em Antropologia que assinam este parecer, com previsão de realização do trabalho de campo para maio. Durante o processo de pesquisa e preparação da perícia, no entanto, nos deparamos com outra solicitação de perícia envolvendo outro lugar sagrado do povo Munduruku no Médio Tapajós. Trata-se da SP nº1103/2022, cadastrada pela PRM-Itaituba, que demanda a elaboração de um laudo

antropológico para dimensionar a importância do lugar sagrado do povo Munduruku conhecido como Daje Kapap, ou Fecho, localizado na TI Sawre Muybu e ameaçado pelo garimpo ilegal. Assim, considerando a proximidade entre os locais a serem periciados, o atendimento da demanda foi incorporado ao planejamento do trabalho de campo relativo ao Sítio Santarenzinho e resultará em outro documento pericial.

Este parecer técnico, portanto, busca analisar os dados obtidos durante o trabalho de campo antropológico desenvolvido em maio de 2022 nos municípios de Rurópolis e Itaituba, no sudoeste do Pará, sobre a importância e o significado do Sítio Arqueológico Santarenzinho para o povo Munduruku, bem como as possíveis implicações sociais e cosmológicas de sua destruição total ou parcial pela empresa Transportes Bertolini Ltda. com a eventual implementação da ETC Rurópolis.

2. Relato do trabalho de campo

O trabalho de campo para atendimento das solicitações de perícia 106/2022 (Sítio Santarenzinho – PRM Santarém) e 1103/2022 (Daje Kapap – PRM Itaituba) ocorreu entre os dias 02 e 08 de maio de 2022, incluindo os deslocamentos, e foi realizado pela equipe composta por Sérgio Brissac e Pedro Moutinho, peritos em Antropologia da Assessoria Nacional de Perícia em Antropologia (ANPA) e da Supervisão de Perícia em Antropologia (SUPA), respectivamente, do MPF que assinam este parecer; Joilton Sousa, técnico de segurança institucional e transporte (TSIT) da PRM-Santarém; e Rodrigo Oliveira, pesquisador do Instituto Socioambiental (ISA), mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutorando em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Rodrigo, que desenvolve estudo na área de proteção jurídica ao patrimônio cultural e a lugares sagrados Munduruku, participou da perícia na condição de colaborador externo.

Chegamos (Sérgio e Pedro) em Santarém na segunda feira, 02 de maio, onde o pesquisador Rodrigo já se encontrava desde o dia anterior. Na parte da tarde, nós três nos reunimos com a arqueóloga Bruna Rocha, professora do curso de Arqueologia da UFOPA e uma das autoras do ofício que deu origem ao IC ao qual está vinculada a perícia em tela. Durante a conversa, Bruna relatou como havia sido a primeira visita ao Sítio Santarenzinho com as lideranças Munduruku e a perita em Arqueologia do MPF.

Após nos despedirmos de Bruna, fomos até o Polo Base de Santarém para realizarmos os testes PCR-RT para coronavírus, cujos resultados foram negativos.

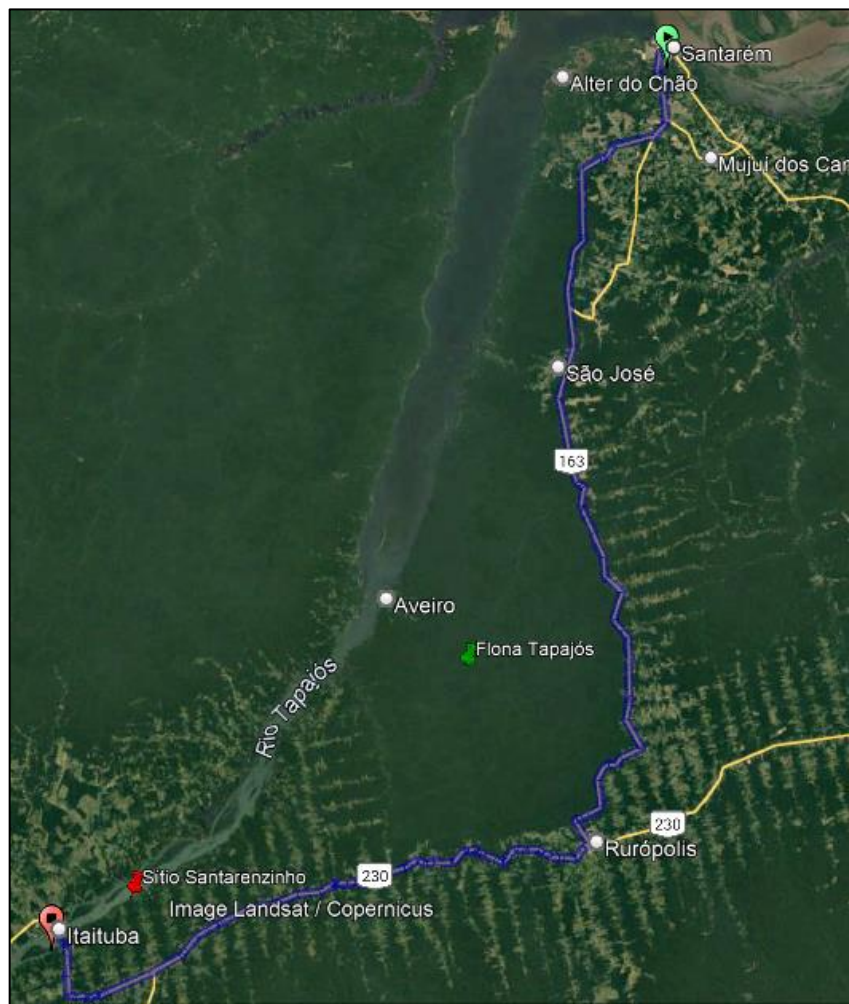


Imagem 2: Trajeto (em azul) percorrido de Santarém (no alto, à direita) até Itaituba (em baixo, à esquerda) e localização da Flona do Tapajós (ponto verde) e do Sítio Santarenzinho (ponto vermelho) em meio a amplas zonas de desmatamento. Fonte: Google Maps, elaboração própria.

No dia 03 de maio, saímos de Santarém por volta das 08h30 rumo à cidade de Itaituba, conduzidos pelo técnico Joilton no veículo oficial do MPF. Ao longo dos 368 km de viagem pelas rodovias BR-163 e BR-230, observamos um extenso trecho de floresta preservada, à direita do percurso, onde está a Floresta Nacional (Flona) do Tapajós, e, por outro lado, muitos trechos com grandes fazendas, campos de soja e silos para armazenamento de grãos, sobretudo ao lado esquerdo da estrada. Essa configuração paisagística pode ser observada nas imagens de satélite, onde se vê uma

grande área verde preservada graças à Flona do Tapajós, e uma profusão de áreas desmatadas, semelhantes a ‘espinhas de peixe’, em todo o entorno, caracterizando uma região de forte expansão agrícola.

Após chegarmos à cidade de Itaituba, fomos de carro ao encontro da liderança indígena Alessandra Korap Munduruku, coordenadora da Associação Pariri, do povo Munduruku do Médio Tapajós, e vice-coordenadora da Federação dos Povos Indígenas do Estado do Pará (Fepipa). Alessandra já havia sido contatada previamente e auxiliou na organização e viabilização da perícia, a partir da articulação com outras lideranças Munduruku. Nesse momento, foi feita a compra dos mantimentos para a alimentação de todos os participantes da reunião do dia seguinte e para o sustento da equipe pericial até o final do trabalho de campo nas aldeias. Também foram providenciados os “carotes” (galões) para armazenar combustível para a viagem de barco até a Terra Indígena Sawre Muybu.



Imagem 3: Reunião com lideranças Munduruku na Aldeia Praia do Mangue, em 05 de maio de 2022. Foto de Pedro Moutinho.

O dia 04 de maio foi marcado pela reunião realizada na aldeia Praia do Mangue, que se localiza no extremo leste da cidade de Itaituba, às margens do rio Tapajós. O objetivo do encontro era explicar a realização do trabalho de campo pericial e obter informações qualificadas para atendimento das duas perícias do MPF sobre ameaças de destruição a distintos lugares sagrados Munduruku: o Sítio Arqueológico Santarenzinho e o Daje Kapap, também conhecido como Fecho. A reunião teve início às 10h, com a presença de aproximadamente 20 pessoas no tapiri da aldeia, onde

costumam ocorrer as reuniões ordinárias, e contou com a participação de moradores da Praia do Mangue e lideranças Munduruku de sete aldeias do Médio Tapajós (Praia do Mangue, Praia do Índio, Sawre Apompu, Sawre Muybu, Poxo Muybu, Sawre Aboy e Daje Kapap) e uma do Alto Tapajós (Papagaio)⁴.

Ao iniciar a reunião, a liderança Alessandra Korap explicou o caso do Sítio Santarenzinho aos presentes, afirmando que havia “ossadas antigas” dos Munduruku no local, nas imediações da comunidade ribeirinha de Santarenzinho, e que grande parte da área estava ameaçada pela construção de um “porto” (Estação de Transbordo de Cargas) da empresa Bertolini. Nos últimos anos, conforme apontou, várias empresas têm comprado áreas na região próxima à Itaituba e Miritituba, às margens do Tapajós, para construção de portos e estruturas para escoamento de grãos do agronegócio, exercendo grande pressão sobre as comunidades ribeirinhas e indígenas e causando enorme impacto socioambiental.



Imagem 4: Alessandra Korap Munduruku na reunião do dia 05 de maio, na Aldeia Praia do Mangue. Foto de Sérgio Brissac.

Nesse contexto, a comunidade Santarenzinho não se opôs ao empreendimento da Bertolini e manifestou interesse diante da oferta de empregos e recursos anunciados pela empresa. No entanto, Alessandra ressaltou que a destruição da

⁴ Dentre as lideranças e representantes ali presentes, estavam: pajé Fabiano e cacique Tiago, da aldeia Praia do Mangue; cacique Brasilino Panhu, da aldeia Praia do Índio; cacique Adriano, da aldeia Sawre Apompu; cacique Juarez, da aldeia Sawre Muybu; cacique Valdemar Poxo, da aldeia Poxo Muybu; cacique Jairo Saw, da aldeia Sawre Aboy; professor Antônio, da aldeia Daje Kapap; cacique José Emiliano Krixi e sua filha Ediene Krixi, secretária da Associação Wakoborun, ambos da aldeia do Papagaio, no Alto Tapajós.

floresta e dos lugares sagrados Munduruku têm trazido muita doença, morte e divisão nas aldeias, pois os espíritos são impactados, promovendo perturbações significativas na vida dos indígenas. Segundo ela, logo na primeira visita dos Munduruku ao sítio arqueológico, em fevereiro de 2022, as lideranças presentes, incluindo o pajé Fabiano, sinalizaram que ninguém deveria mexer⁵ no local, já que ainda era habitado pelos espíritos dos antepassados.

No entanto, para falar adequadamente com os espíritos seria necessário consultar e reunir mais indígenas, o que motivou uma segunda visita, dessa vez com a participação de outras lideranças, que reforçaram a orientação de que “não pode mexer no sítio”, pois os “guardiões do lugar” não permitem. Apesar do posicionamento preliminar, os Munduruku afirmavam que a decisão final só poderia ser tomada na Assembleia Geral do Povo Munduruku, conforme prevê o Protocolo de Consulta Munduruku.

Alessandra informou que a visita da equipe pericial do MPF a Itaituba e Rurópolis, por sua vez, foi motivada para apurar a importância e o significado do Sítio Arqueológico Santarenzinho na perspectiva Munduruku, de modo a qualificar o processo de tomada de decisão sobre o empreendimento que afetaria o local. Naquele contexto, seria realizada uma terceira visita ao sítio, com a participação da equipe pericial do MPF e de lideranças Munduruku. A reunião na Praia do Mangue, portanto, constituiria um momento importante de diálogo, elucidação da perícia e apresentação dos Munduruku sobre o que pensam a respeito de seus lugares sagrados, em especial, do Sítio Santarenzinho e do Daje Kapap (Fecho).

Após a fala introdutória de Alessandra Korap, nós, da equipe pericial, nos apresentamos e detalhamos os objetivos e métodos da perícia. Na sequência, diversas lideranças, entre caciques, professores, líderes de associações e pajé, discutiram sobre o Sítio Santarenzinho, o Daje Kapap e os lugares sagrados Munduruku. Por volta das 12h30, as falas foram interrompidas para o almoço e retomadas na parte da tarde.

De modo geral, os Munduruku explicaram o que são os lugares sagrados, qual a sua relevância e os possíveis efeitos de sua destruição, o que será apresentado

⁵ A expressão “não pode mexer”, muito utilizada quando os Munduruku se referiam ao sítio arqueológico, indicava que os sepultamentos deveriam ser mantidos e preservados do modo que estavam, sem qualquer alteração do solo ou da paisagem circundante.

detalhadamente ao longo deste parecer. Também foram abordados temas transversais, como o processo de demarcação das terras Munduruku; o processo de consulta livre, prévia e informada; a educação escolar indígena; e os conflitos internos do povo Munduruku em relação aos empreendimentos que devastam os seus territórios, entre outros.

No meio da tarde, o Cacique Juarez interrompeu a reunião para anunciar à comunidade uma notícia inesperada que havia acabado de acontecer na aldeia Boa Fé, do povo Apiaká, localizada na TI Sawre Maybu, entre as aldeias Dace Watpu e Sawre Maybu. Segundo Ihe foi informado por telefone, houve um ataque de jacaré por volta das três horas da tarde, enquanto duas crianças indígenas brincavam na beira do rio Tapajós. Uma delas, de oito anos, foi abocanhada pelo animal e levada para o fundo do rio. Até aquele momento, seu corpo ainda não havia sido encontrado⁶.

A notícia deixou todos os presentes consternados e, alguns minutos após o anúncio da tragédia, Alessandra se manifestou, sugerindo que a conversa sobre os lugares sagrados fosse interrompida por se tratar de um tema delicado que envolve o mundo espiritual:

“eu acho que é um assunto muito delicado. Um assunto muito espiritual. Aí aconteceu essa morte. Acho que seria bom parar. Porque é um assunto bem assim, que quase ninguém fala. Inclusive, até as cartas [públicas dos Munduruku] quando saem, elas não explicam detalhes, elas só falam em geral, mas não em detalhe. E aqui a gente tá explicando no detalhe. E para os Munduruku, é muita crença no mundo espiritual. E aí aconteceu essa morte. Quando eu soube, me arrepiei todinha. Quando fala de espírito, acontece muito acidente. Acho que seria bom respeitar, né? Um outro momento para falar sobre esse assunto, com todos os caciques e lideranças”.

Outras lideranças Munduruku, assim como Alessandra, também relacionaram este raro evento ao fato de estarem falando sobre os locais sagrados e terem “mexido” com os espíritos. Diante desse contexto, nós, da equipe pericial, sugerimos que os Munduruku deliberassem entre si a melhor maneira de conduzir o restante da reunião, bem como o próprio trabalho de campo, que seria realizado no Sítio Santarenzinho e na TI Sawre Muybu nos próximos dias. Assim, apenas as lideranças Munduruku permaneceram no

⁶ Algumas horas após o ataque de jacaré, o corpo da criança foi encontrado por seu pai no fundo do rio e o episódio foi noticiado pela imprensa local:
<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2022/05/05/crianca-indigena-morre-apos-ataque-de-jacare-em-terra-indigena-munduruku-no-para.ghtml>

tapiri para debater, enquanto nós nos afastamos e aguardamos o posicionamento coletivo do lado de fora. Por fim, foi decidido que a reunião continuaria abordando outros assuntos, sem tocar no tema dos lugares sagrados, mas que poderíamos prosseguir com a perícia, dada a importância do trabalho.



Imagem 5: Cartazes expostos durante reunião na Aldeia Praia do mangue, em 05 de maio de 2022, para planejamento conjunto da programação e apresentação sobre o processo demarcatório das terras Munduruku. Foto de Rodrigo Oliveira.

Após a deliberação, retornamos ao tapiri e reiniciamos a reunião, aprofundando assuntos que já haviam sido mencionados rapidamente, como a educação escolar indígena e o processo de demarcação das terras Munduruku, que contou com uma apresentação do pesquisador Rodrigo Oliveira, a partir de cartazes com desenhos esquemáticos que ajudavam a entender melhor os trâmites jurídicos do processo demarcatório. Por volta das 19h30, retornamos ao hotel, tendo em vista que a programação do dia seguinte começaria cedo, enquanto os Munduruku permaneceram debatendo outros assuntos internos.



Imagem 6: Vista da margem direita do rio Tapajós, marcada pela profusão de silos para armazenamento de grãos, em frente à cidade de Itaituba/PA. Foto de Pedro Moutinho.

No dia 05 de maio, saímos no início da manhã para o Porto da Sonda, onde encontramos as lideranças Munduruku que nos acompanhariam na visita ao Sítio Santarenzinho: Alessandra Korap, Pajé Fabiano, Cacique Thiago, Cacique Valdemar e Cacique Juarez, sua esposa Juquita e seu filho Leonildo. Pegamos o barco por volta das 07h30 e, durante o deslocamento até o outro lado do rio, observamos uma grande quantidade de silos metálicos para armazenamento de grãos na margem direita do Tapajós, destoando da paisagem florestal do entorno.

Ao chegarmos à comunidade Santarenzinho, habitada por 108 pessoas, avistamos um conjunto de casas de madeira próximas à margem, entre as quais se destacava o pequeno Museu Vovô Affonso, onde foram reunidos inúmeros vestígios arqueológicos encontrados pelos moradores da comunidade em seu entorno e organizados pela professora Martinelles Albuquerque Galvão da Silva, responsável pela manutenção do museu.



Imagem 7: Cacique Juarez e Martinelles ao lado de peças de cerâmica do Museu Vovô Affonso, Comunidade Santarenzinho. Foto de Sérgio Brissac.

Subimos o trecho de terra que se estendia à frente até chegarmos a uma casa onde Martinelles e outros comunitários nos aguardavam, junto a um representante da empresa Bertolini e outro da empresa Ambientare. Antes de nos reunirmos e visitarmos o sítio arqueológico, fomos convidados a tomar o café da manhã, momento em que conversamos com o sr. Antônio Galvão, pai de Martinelles, que nos contou que

seu avô cearense havia chegado naquelas terras em 1932 para trabalhar na produção de borracha, época em que havia apenas três famílias na região.

A reunião que precedeu a visita ao Sítio Santarenzinho ocorreu em um salão externo, contíguo à varanda da casa onde tomamos café, e teve início por volta das 09h00. Além dos integrantes da equipe pericial e das lideranças Munduruku que nos acompanhavam, participaram do encontro algumas lideranças da comunidade Santarenzinho, entre as quais: Alan, presidente da comunidade recém-empossado; Manuel Rodrigues Alves, vice-presidente; e a própria Martinelles; além do assessor da diretoria da Transportes Bertolini Ltda, Aires Júlio da Fonseca Neto, e do funcionário da empresa Ambientare, Igor da Costa.



Imagem 8: Reunião na Comunidade Santarenzinho (Rurópolis/PA) com comunitários, lideranças Munduruku e representantes do empreendimento, no dia 06 de maio de 2022. Foto de Pedro Moutinho.

Logo no início da reunião, nós, da equipe pericial, nos apresentamos e explicamos os objetivos do trabalho antropológico, **sendo necessário destacar que a perícia não substitui a consulta livre, prévia e informada dos Munduruku sobre o Sítio Santarenzinho.** Na sequência, Alessandra Korap, Pajé Fabiano e Cacique Thiago comentaram as visitas que fizeram anteriormente ao sítio arqueológico, enfatizando a posição inicial de que o local deveria ser preservado, “não mexido”. Alessandra Munduruku ressaltou a importância da participação dos caciques e, especialmente, dos pajés, que são aqueles capazes de enxergar e se comunicar diretamente com o mundo espiritual:

“Eu vim da outra vez, trouxe o cacique geral do povo Munduruku, que mora na aldeia Katon. E também mais dois pajés que veio confirmar também pra conversar com locais sagrados, e teve uma conversa junto com o Pajé Fabiano a primeira vez que o Fabiano veio. Então eles tiveram uma conversa entre eles. Mas ainda tão discutindo, porque vários pajés, eles também tão com a mesma visão de quando vieram. Inclusive a dona menina que foi acompanhar quando os pajés vieram, eles já sabiam onde eram os locais, porque eles já viam. Por isso que a decisão dos pajés é muito importante. Como a gente não consegue ver, mas a visão dos pajés já enxerga, né? E é por isso que na cultura Munduruku os locais têm que estar preservados, tem que tá não mexido, e também muitas vezes não sair. Esse foi o pedido deles, inclusive do cacique geral”.

Na sequência das apresentações, Aires, representante da Transportes Bertolini, afirmou que a empresa começou a ‘prospectar’ aquela área em 2013, com o apoio da empresa Ambientare, e que sempre se comprometeram a seguir todas as normativas legais, incluindo as “leis dos povos” que vivem na região:

“Desde o início, a empresa se propôs sempre a seguir todos os trâmites e patamares pertinentes às leis. Não só às leis federais, estaduais e municipais. As leis dos povos que estão aqui nessa região também, pra que a gente não possa atropelar de maneira alguma nenhum patamar e nem passar por cima de alguém para que se consiga alguma coisa. Para isso, nós reunimos vocês desde o início, fizemos toda a prospecção arqueológica. Foram tiradas quarenta..., quase cinquenta mil peças da área. Por consequência, foram encontradas três trincheiras, restos que precisam ser retirados ou mantidos no local, de acordo com a decisão de vocês, obviamente. É isso que a gente quer. Nós até fizemos a prospecção da mudança do layout do nosso projeto, justamente para não violar - como o nosso cacique acabou de falar ainda há pouco - não violar o que já está aqui, para que não saia. Vão ser preservados, vai ser construído alguma coisa no sentido do que vocês pedirem. Obviamente, será atendido pela empresa, para que se preserve aquele local. E pra que a gente possa conseguir desenvolver o nosso porto, que a Bertolini tanto almeja aqui nessa região. Usamos um porto que não é nosso. E, assim como todas as empresas que já se instalaram ali, naquela região... **Aqui, se não me falha a memória, tem mais quatro ou cinco empreendimentos, aqui nessa área.** (...) Então desde o início a empresa sempre preservou pelo respeito às leis, às normas, aos povos e à comunidade de Santarenzinho. Nós não fazemos nada sem a anuência do pessoal da comunidade. Tá aqui o nosso presidente da comunidade, que foi eleito recentemente, vai falar logo em seguida. Vai explicar pra gente como é que funciona toda a... como eles vieram

pra cá, como desenvolveu a comunidade, e a gente espera desenvolver mais ainda a comunidade. Mesmo tando dentro de Rurópolis, a questão do emprego vai abranger principalmente essa região aqui, pra desenvolver a comunidade São Raimundo Nonato, a comunidade Santarenzinho... o próprio [km] 30 fica próximo. Então, a gente sempre esteve junto e próximo de todas as comunidades. Assim como a gente faz parte de uma associação, que é a AMPORT, Associação dos Portos de Miritituba⁷. Fizemos várias benfeitorias, inclusive na licença, na EIA-RIMA que foi tirada daqui, existem condicionantes de construções de postos de saúde, de ambulanchas e de todo um apoio necessário para que possa melhorar a comunidade de Santarenzinho e adjacentes, que ficam próximas. Eu trabalho diretamente com o dono da empresa, sou assessor do diretor, o Daniel Bertolini. Eu já tô há oito anos na empresa, eu conheço a Bertolini há mais de 15 anos, que eu trabalhei em 1999 na empresa. Tenho uma amizade muito grande com eles e graças a Deus hoje tô há oito anos como assessor do Daniel Bertolini. Estamos abertos aqui para o que puder ajudar vocês. No que puder fazer com que a gente possa desenvolver nosso trabalho e sem impacto, sem tá criando problema pra ninguém... Ao contrário. E sempre procurando solucionar o que for necessário” (grifo nosso).

Em sua fala, o representante da Bertolini defende a observância às normas legais e à anuência das comunidades locais e dos povos da região para a instalação dos empreendimentos, de modo que, em suas palavras, “não possa atropelar de maneira alguma nenhum patamar e nem passar por cima de alguém para que se consiga alguma coisa”. Diante da descoberta dos sepultamentos, Aires afirmou se tratar de “restos que precisam ser retirados ou mantidos no local” de acordo com a decisão dos indígenas, considerando que as lideranças Munduruku atestavam o pertencimento dos achados arqueológicos aos seus antepassados desde a primeira visita ao local, quando o pajé Fabiano “afirmou que os espíritos conversaram com ele dizendo que toda essa área é sagrada e que os sepultamentos não devem ser retirados do local” (Laudo Técnico nº 186/2022-ANPMA/CNP, p. 26).

Ainda segundo o representante da empresa, a descoberta dos restos mortais nas trincheiras abertas para prospecção arqueológica e o diálogo com os indígenas teriam motivado “a mudança do layout” do projeto da Bertolini, “justamente para não violar o que já está aqui, para que não saia”. Direcionando-se aos Munduruku

⁷ O nome oficial da AMPORT é Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica.

ali presentes, afirmou que os sepultamentos “vão ser preservados, vai ser construído alguma coisa no sentido do que vocês pedirem” e que “obviamente, será atendido pela empresa, para que se preserve aquele local”. É importante observar, no entanto, que a ideia de preservação proposta nesta fala implica a construção de alguma estrutura que preserve os enterramentos, mas ignora a provável existência de outros sepultamentos na área, bem como ignora os impactos no entorno que seriam provocados pelas obras e comprometeriam a preservação do lugar sagrado como um todo, que não se limita a um ou outro enterramento isolado.

A esse cenário soma-se o fato de que há outros empreendimentos de grande porte, como portos e ETCs, que estão sendo licenciados na mesma região, conforme afirma o próprio Aires, e que apresentam riscos potenciais de impacto na floresta e em possíveis áreas de ocupação antiga Munduruku, que podem abrigar vestígios arqueológicos, enterramentos e lugares sagrados, como aqueles encontrados em Santarenzinho.

Logo em seguida, Igor, funcionário da Ambientare, apresentou-se e afirmou que a empresa em que trabalha presta serviços para a Bertolini desde 2013, quando foi iniciado o processo de liberação da ETC Rurópolis junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS/PA), com o pedido do Termo de Referência, que estabeleceu as primeiras diretrizes dos estudos. Entre 2013 e 2015, segundo ele, foram feitos os diagnósticos do meio físico, com levantamento da qualidade do ar, da água (tanto superficial como subterrânea), da fauna e flora, e diagnósticos do meio socioeconômico com as comunidades que estão no entorno do empreendimento (ex. Santarenzinho, São Raimundo e Campo Verde), abrangendo os municípios de Rurópolis e Itaituba. Relatou que, em 2016, foram realizadas duas audiências públicas envolvendo lideranças comunitárias e governamentais, além de reuniões prévias em todas as comunidades e nas sedes municipais, o que possibilitou a liberação da Licença Prévia (LP) do empreendimento. Cinco anos depois, em agosto de 2021, a Bertolini entrou com o processo de pedido da Licença de Instalação (LI), que estava em análise na SEMAS/PA e atualmente está paralisado devido à Recomendação nº 3/2022 do MPF em Santarém. Igor concluiu sua fala afirmando que a Ambientare estipulou cerca de 20 programas no Plano de Controle Ambiental (PCA), com ações mitigadoras dos efeitos da implantação

do empreendimento, como monitoramento das águas, fauna e flora, além de ações sociais.

O próximo a se apresentar na reunião foi o cacique Juarez Saw, da aldeia Sawre Muybu, que afirmou ser a primeira vez que visitava aquele local. Contou que tinha muito interesse em conhecer o Sítio Santarenzinho e os enterramentos lá encontrados, já que, em suas palavras, “alguns pajés já confirmaram que são ossadas dos Munduruku, antepassados”. Ele, então, discorreu brevemente sobre a ocupação histórica do rio Tapajós pelo seu povo e as diversas localidades habitadas no passado pelos Munduruku ao longo de todo o curso do rio, do Baixo ao Alto Tapajós: “essa região, de Santarém até o Alto Tapajós, era região dos Munduruku. A gente sabe das histórias. Santarém a gente sabe que era uma aldeia. Santarenzinho a gente sabe que era uma aldeia. Essa região toda era ocupada pelos Munduruku”. Em seguida, fez questão de explicar o desejo dos Munduruku em preservar os enterramentos de seus antepassados sem prejudicar a comunidade de Santarenzinho, além de chamar a atenção para o cuidado necessário ao frequentarem um lugar sagrado, habitado por espíritos, o que muitas vezes demanda a oferta de presentes:

“A gente vem aqui não é pra dizer que a gente vai tirar a comunidade daqui. Nós queremos que a empresa que tá interessada em fazer esses empreendimentos, pelo menos, preservar esse cemitério dos Munduruku, porque a gente sabe que os espíritos são vivos. Eu tive conversando com o pajé agora há pouco: eles [os espíritos] não querem sair daqui, e eles pediram, se a gente tiver visitando eles várias vezes, na próxima visita eles querem alguma coisa que a gente traz pra eles, segundo o pajé falou. Então a gente vai ter que cumprir isso.”

O Cacique Juarez, que ainda não havia visto os enterramentos até aquele momento e não tinha a exata dimensão da extensão do sítio arqueológico, levantou como possível estratégia de preservação do lugar sagrado a construção de uma cerca de proteção; no entanto, como veremos adiante, ele reconsiderou a ideia assim que visitou as trincheiras. Ainda durante a reunião, reforçou que a destruição de sítios arqueológicos, considerados lugares sagrados, pode gerar consequências graves, não apenas para os Munduruku, mas para todos:

“nós tivemos um sítio arqueológico lá no Alto Tapajós, lá no São Manuel, onde as empresas destruíram. A gente sabe que aconteceu muitos acidentes por conta daquilo, por conta da destruição daquilo e agora a gente não quer que aconteça mais isso. Então... porque,

quando acontece isso, quando as empresas destroem esses lugares sagrados que não pode mexer, que não deveria mexer, a gente sabe que mais tarde a gente vai sofrer consequências, então a gente não quer mais isso. Não indígena também sofre com isso. Então é por isso que eu vim aqui conhecer, pra ver a realidade.”

Ao final de sua fala, o cacique Juarez disse que ainda desconhecia a proposta de preservação do Sítio Santarenzinho pela Bertolini e pediu explicações a respeito. Nesse momento, Aires, representante da empresa, afirmou que estavam aguardando uma definição dos próprios indígenas de como seria feita essa proteção, sinalizando estratégias que contemplam, no entanto, apenas as três trincheiras escavadas, sem levar em consideração a provável existência de outros sepultamentos:

“Nós precisamos ter uma definição com vocês de que maneira vai ser feita essa preservação. Se vai ser feito como se fosse um túmulo, ou um mausoléu, ou alguma coisa. Tem que ser definido isso aí. Isso vai constar no relatório deles [peritos do MPF]. Quanto ao fato da mudança do projeto, já tá providenciado. Não vai mais atingir essa área onde estão as três trincheiras, o projeto não vai mais atingir. A gente só precisa definir o que vai ser feito nesses três locais, como vocês querem que seja feito. Se vai só cercar, preservar, colocar alguma placa, alguma coisa. [...] Baseado nisso, no que vai ser feito pelo relatório do Ministério Público, em comum acordo com o pessoal do Iphan - quem tá fazendo toda a parte de liberação é a SEMAS/PA - deve sair um relatório final. Baseado nesse relatório a gente vai seguir como vai ser feita, vão ser feitos os passos para preservação. Isso aí vocês decidem. A empresa tá aqui pra cumprir. E a hora que vocês quiserem visitar isso aí, a porta tá aberta, da empresa. A própria [comunidade] Santarenzinho, né, Martinelles? Isso é muito importante pra preservação dos povos que antecederam a família do pessoal que mora aqui na comunidade. Isso é muito importante.”

É necessário ressaltar que a preservação dos restos mortais do Sítio Santarenzinho no próprio local em que foram encontrados só foi adotada no discurso da empresa após o posicionamento dos indígenas, como explicou Igor, funcionário da Ambientare:

“A parte da retirada de ossos, alguma coisa assim, não estava autorizada pelo Iphan. Por isso que nós devolvemos o relatório pro Iphan, do que foi encontrado aqui. E esperamos a decisão do Iphan pra que fossem retirados esses restos ou não. E uma destinação que seria definida pra onde iriam esses restos. Porém, antes que isso fosse executado, nós consultamos as lideranças indígenas. Obviamente, com a comunidade [de Santarenzinho], mais as pessoas Mundurucus aqui

da região, que eles viessem aqui e tomassem a decisão do que seria feito com o que foi encontrado. Se ia ser resgatado ou não. Ou se ia ser levado pra um local sagrado deles, na própria aldeia, que eles devem ter. Porém, foi definido pelos pajés, e pelas pessoas que já vieram aqui, que nós precisaremos preservar o local onde eles estão sepultados e esse é o pensamento. Então eu espero que a gente mantenha, nós vamos manter com certeza, obviamente, baseado no que for decidido.”

A destinação dos restos esqueléticos encontrados durante a prospecção arqueológica também foi abordada pelo presidente da comunidade Santarenzinho, Alan, que recentemente havia assumido o cargo. Ele iniciou sua fala afirmando que a comunidade é favorável ao empreendimento da Bertolini, mas, ao mesmo tempo, respeitará a decisão dos indígenas quanto ao que será feito com os sepultamentos, ressaltando a receptividade dos comunitários de Santarenzinho para todos aqueles que queiram visitar o local:

“A comunidade tá de portas abertas pra receber quem quiser vir visitar, né? Quem tem empreendimento na comunidade. E quero dizer que a comunidade não é contra a Bertolini. Não é contra ter tido essas trincheiras aí que foram encontradas. Vai depender deles [dos indígenas] se for querer manter aí, se vão levar [os restos mortais]. Não sei nem dizer. Mas a comunidade não vai dizer assim, “você vão ter que levar daqui”, não. Tá de portas abertas pra receber vocês, quando vocês quiserem vir visitar.”

Na sequência, algumas lideranças Munduruku, como o Cacique Valdemar Poxo e o Pajé Fabiano, manifestaram-se em relação ao mesmo tema, reforçando a fala do Cacique Juarez sobre a necessidade de preservação do lugar sagrado sem prejudicar os comunitários de Santarenzinho e a obrigação de zelar pelo local e tratar bem os espíritos que ali habitam, oferecendo alimentos consumidos por eles, como a manikuera, bebida indígena sobre a qual falaremos mais adiante. Nas palavras do Cacique Valdemar:

“Então, a gente veio junto com o pajé [Fabiano], e desde ontem a gente está falando sobre essa questão do sagrado aqui. Como ele veio pela visão dele, pelo sonho, ele que vê os espirituais na natureza; e nós, que não é pajé, a gente sonha e pelo sonho eles falam com a gente também, os espíritos da natureza. Então, como ele falou também, o Cacique Juarez, que a gente não veio aqui pra dizer pra vocês [comunitários de Santarenzinho] pra sair daqui, que a gente vai querer este terreno daqui pra nós, não. [...] Muitos pajés veem pela visão deles e pelo

sonho, porque eles estão vivos, os espirituais estão vivos. Eu perguntei pra ele [Pajé Fabiano] ontem. Porque, essa vez, ele já veio três vezes aqui, três visitas já. E quatro visitas, eles [espíritos] vão dizer pra ele: “olha, a gente vai querer algumas coisas pra se alimentar”. Porque eles quer se alimentar com alguma coisa que a gente usa, da nossa cultura. Como eu, eu vou dizer bem aqui, eu morava lá na aldeia, lá no município de Jacareacanga. Eu sou de lá. Aí eu coordenava, eu e minha mulher, coordenava esses tipos de trabalhos, de manikuera. Aí todos os espíritos da natureza chega lá. E o pajé vê. Eu coordenava. Primeiro, quando o meu pai morreu, aí passou pra mim. Aí o pajé [...] que [já] morreu, ele falou pra minha mulher: “olha, Dona Maria, você vai ficar responsabilizada por esse tipo de trabalho, porque os espíritos quer que você segure esses trabalhos, junto com o seu marido”. Então, por isso, esses espíritos que está aqui, dos antigos, estão vendo a gente estar aqui. Então, por isso que a gente quer preservar esses povos que está aqui. Como o Seu Aires, da Bertolini, falou que vocês podem vir qualquer dia visitar, qualquer mês; o presidente [da comunidade Santarenzinho] falou também que está de braços abertos pra gente visitar. De repente, da outra vez vem mais um pajé aqui.”

Embora a sugestão que envolve erguer cercas ou muros de proteção em torno das trincheiras tenha novamente aparecido nesse momento da reunião – a partir de falas prévias do representante da Bertolini e contrastando com os posicionamentos que surgiram após a visita às trincheiras –, foi reforçada a necessidade de amadurecer essa reflexão com a participação de outros pajés e caciques, como determina o protocolo de Consulta Munduruku. Nas palavras do Pajé Fabiano:

“Como eles sempre falam e eu já falei aqui, a gente não quer o que é dos outros, a gente quer só a preservação do que está dentro. A gente não quer coisa da comunidade, de ninguém não, principalmente comunidade particular, comunidade de branco, digamos assim, no caso eles aí, né. A gente não quer prejudicar ninguém. A gente só quer mesmo que seja preservado aquilo que está dentro da comunidade. E a comunidade ter aquele respeito de fazer o zelo do que está dentro. Aí depende dele, de saber se ele concorda com isso, que é o cacique. **Nós temos que madurar mais essa conversa, com os outros pajés também. Vai vir vários caciques pra conversar sobre o mesmo, essas ideias. E aí, eu acho que depois que a gente conversar com todos os pajés é que a gente vai decidir como que a gente quer**”.

Após a fala das lideranças Munduruku, outro comunitário de Santarenzinho se pronunciou, reforçando a fala conciliatória do presidente Alan. Trata-se de Manuel Rodrigues Alves, antigo presidente da comunidade e atual vice-presidente, que

ressaltou: “desde o início que nós não somos contra a empresa, nós não somos contra os indígenas, nós não somos contra ninguém. Até porque todos nós têm o direito e o dever de preservar aquilo que é da gente, principalmente quando chega nessa parte de restos mortais”. Em seguida, discorreu sobre a importância dos cuidados com os entes que foram enterrados, assim como ocorre em sua comunidade; destacou o fato de que a presença indígena naquela área era desconhecida pelos primeiros moradores da região, o que não tira a responsabilidade de preservação dos sepultamentos encontrados; e reforçou o compromisso da comunidade em respeitar a decisão dos Munduruku:

“Vocês sabem muito bem que quando a gente se encontra com os entes queridos lá no cemitério, o que a gente faz é logo ajeitar uma casinha, uma catacumba, preserva aquilo ali, pra não deixar que alguém destrua. E vocês estão fazendo a parte de vocês muito bem. Foi encontrado, ninguém sabia. Isso aconteceu, ninguém de nós era gente. Porque o avô daquele aí, foi um dos primeiros moradores daqui. Quando ali tinha um cafezal, ali um bananal e ele não ouviu falar dessa história. E hoje ele já está com mais de 60 anos e agora que estão descobrindo as coisas. Por isso é que eu digo: nenhum de nós era vivo nesse momento pra saber. Então, já que foi encontrado agora, vamos fazer aquilo que é o correto, vamos preservar. Tem condições de preservar? A empresa tem condições de preservar? Tem. Então, faça a sua parte bem direitinho. A comunidade está aqui pra receber, pra discutir, apoiar naquele momento que deve ser apoiado. Onde cabe a necessidade da comunidade, a gente também está de portas abertas para receber todos vocês. Agradecer também o Ministério Público que está presente aí. E é assim, a gente tem que trabalhar com a comunidade, mas também tem que lidar com essas pessoas e receber a todos. Quem é de nós pra dizer assim: “pode tirar daí e mandar embora”? Não, nós não podemos fazer isso. A empresa não pode também fazer isso. Existe a lei que não deixa fazer esse tipo de coisa.”

Por fim, Martinelles, curadora do Museu Vovô Affonso e funcionária da Secretaria Municipal de Educação de Itaituba, apresentou-se, afirmando pertencer à terceira geração da comunidade de Santarenzinho, assim como o atual presidente, Alan. Recapitulou o seu interesse pela Arqueologia, estimulado a partir do encontro com a arqueóloga Denise Schaan em 2010, então professora da Universidade Federal do Pará, responsável por outra prospecção arqueológica na região. A tomada de consciência sobre as pedras com sulcos e vestígios de cerâmica que encontrava aos montes levou Martinelles a elaborar um projeto de arqueoturismo (“Arqueologia com turismo”) em

2011, com o objetivo de gerar renda para a comunidade, e se aprofundar no tema. No entanto, não conseguiu nenhum apoio formal para estruturar o projeto, até o momento em que começaram a chegar os grandes empreendimentos na região, que tinham como prerrogativa a prospecção arqueológica para obtenção da Licença de Instalação. Em suas palavras:

“Quando começou a chegar os empreendimentos, a gente sempre falava, sempre conversamos sobre isso. Nós não vamos ser contra nenhuma empresa se instalar no Santarenzinho, mas a gente vai querer preservar a nossa história. A gente vai querer ter uma resposta disso, de onde veio esses vestígios: de quem era? Que ano? Aí várias já chegaram, não houve instalação ainda, por conta da estrada, como o Sr. Aires falou, que é um gargalo bem grande pra todos eles, essa estrada. Foi muito louvável por parte da Bertolini de fazer esse estudo. A gente já tem, em parte, quase cem por cento concluído do tempo que é esse aldeamento no Santarenzinho. A gente já fez pesquisa, desde 1790, quando veio a instalação do Aldeamento de Uxituba, mas contam que [os Munduruku] já estavam por aqui, que já passavam por aqui. Então é todo um ponto de interrogação do que é”.

É importante notar que a presença pregressa dos Munduruku naquela região já havia sido sinalizada no contexto dos estudos arqueológicos provocados pelo processo de instalação da ETC Rurópolis, trazendo à tona dados sobre o antigo aldeamento indígena de Uxituba, no mesmo local onde surgiu a comunidade de Santarenzinho, com indícios de ocupação indígena ainda mais antiga. Martinelles também externou a vontade de conseguir parcerias com as empresas da região para apoiar os projetos comunitários e a expectativa da própria comunidade em ver melhorias na qualidade de vida de seus habitantes com a possível instalação do empreendimento, em uma fala que sintetiza os processos históricos que marcaram a economia, as práticas produtivas e a própria existência da comunidade de Santarenzinho:

“Pra concluir, a comunidade é cem por cento a favor do empreendimento, porque acredita na melhoria da qualidade de vida, na verdade. Nós passamos por todos os ciclos econômicos que já houve no Brasil, esse lugar já passou. E é um lugarzinho pacato, mas você vê que ali tem um cais de pedra que tem uma história da época da borracha. Depois da época da borracha, veio o ciclo do ouro, que todo mundo saiu dessa comunidade pra ir trabalhar no garimpo. Meu avô, esse que morava aqui, fazia farinha pra mandar pra garimpo. Então, participei desse ciclo. Depois, voltamos de novo às nossas origens, que foi a caça e a pesca. A pesca porque o Governo Federal começou a dar bene-

fício pro pescador e aí todo mundo, inclusive meu avô, foi o primeiro a ter carteirinha de sócio da Colônia de Pescadores. E o meu pai, mesmo sendo agricultor, ele se aposentou como pescador. Então, a gente sempre viveu arraigado a essa cultura. O Alan, por exemplo, é pescador, ele vive da pesca, mesmo tendo esse trabalho aqui de piloto do transporte, mas ele tem ali o ramo dele da pesca, porque a gente vive por época, também, de pesca. E assim a gente vai vivendo. E essa perspectiva de implantação dos empreendimentos, os mais velhos como o Sr. Manoel, vê uma luz, porque os filhos deles, que precisam de emprego, não vão sair da comunidade, porque vai ter trabalho na própria comunidade. Assim que a gente vê a perspectiva do nosso futuro.”

A fala de Martinelles evidencia as transformações da comunidade de Santarenzinho ao longo dos ciclos econômicos que orientaram as atividades produtivas da região, começando com a borracha, passando pelo garimpo e pela pesca até chegar no momento presente, marcado pela grande importância da soja como produto de exportação, no contexto de expansão do agronegócio. De certa forma, é possível compreender a aceitação da comunidade de Santarenzinho diante da instalação da ETC Rurópolis pela promessa de empregos na própria região, em um cenário de desemprego generalizado e ausência de políticas públicas que estimulem e incentivem atividades produtivas sustentáveis.

A reunião foi encerrada com o entendimento comum entre os indígenas, comunitários e representantes das empresas de que é importante definir medidas emergenciais de proteção dos sepultamentos, para que não se deteriorem os restos esqueléticos, até que haja uma definição coletiva dos Munduruku na Assembleia Geral.

Assim que finalizamos a reunião e nos preparávamos para visitar o sítio arqueológico, começou a chover. No entanto, não durou muito e foi possível caminharmos até o local onde estavam as trincheiras, após aproximadamente 500 m de terra enlameada com vários fragmentos cerâmicos visíveis pelo caminho. Chegamos até a fronteira do terreno, na divisa com um grande empreendimento da empresa Petrodado⁸, que

⁸ A respeito do empreendimento da Petrodado, o Coordenador-Geral da empresa Zanettini Arqueologia, em resposta ao Ofício nº 523/2021 do MPF, afirma que “as pesquisas arqueológicas voltadas propriamente ao licenciamento da Estação de Transbordo de Cargas (ETC) Rurópolis, de responsabilidade da empresa Transportes Bertolini Ltda., foram iniciadas em 2013, por meio da elaboração do Laudo de Potencial Arqueológico desenvolvido pela empresa Inside Consultoria Científica, contratada diretamente pela Ambientare – Soluções Ambientais Eireli [...]. A consultoria responsável pela pesquisa apontou, à época, inclusive, para a instalação irregular de outro empreendimento por terceiros em área lindeira, sem a devida pesquisa de cunho preventivo, atentando para danos à parcela considerável do bem em questão (ver relatório final – DOCUMENTO SEI IPHAN 0195554). Tal área impactada incide sobre terreno pertencente

atua no comércio atacadista de combustíveis, e nos embrenhamos na floresta. Logo antes, o pajé Fabiano pediu que não fossem feitos registros fotográficos, por orientação dos espíritos, mas abriu algumas exceções durante a caminhada, desde que não fosse registrado o interior dos sepultamentos.



Imagem 9: Localização das três trincheiras positivas com estrutura funerária no Sítio Arqueológico Santarenzinho (pontos amarelos dentro do contorno preto); da comunidade Santarenzinho (abaixo, à esquerda); e do empreendimento da empresa Petrodado (à direita), visitados durante o trabalho de campo em 06 de maio de 2022. Fonte: GoogleEarth com coordenadas de GPS.

Ao chegarmos na primeira trincheira (coordenadas -4.202130° Lat. -55.832790° Long., designada T03 no TCC), deparamo-nos com uma estrutura de lona, como uma cabana improvisada, protegendo as tábuas de madeira que cobrem a escavação de 7 m^2 , onde foram identificados quatro esqueletos. A área no entorno apresentava grande concentração de árvores frutíferas, como mucajá (macaúba), taperebá e babaçu, além de terra preta, fortes indicadores de ocupação antiga. Diferentemente da vistoria anterior, feita pela perita em Arqueologia do MPF, o pajé Fabiano não solicitou a retirada de nenhuma tábua das trincheiras desse vez; mas, como naquela ocasião, pediu silêncio para conversar com os espíritos e afirmou, na sequência, que aquele era o enterramento mais importante e que seria necessário avaliar a possibilidade de a própria comunidade ajudar a zelar pelo espaço. Igor, da Ambientare, disse que aquela trincheira é a

cente à empresa Petrodado, atualmente em meio ao processo de Termo de Ajuste de Conduta (TAC), sob Processo IPHAN nº: 01492.000033/2014-31” (IC em epígrafe, doc. 10, p. 2).

maior das três, e está a 18 metros do local planejado pela empresa para abrigar os silos e bem ao lado do futuro tombador de grãos.

Nesse momento, os funcionários da Ambientare e Bertolini começaram a falar na possibilidade de construir um muro de proteção de 5 m por 5 m, aproximadamente, em torno de cada trincheira. Quando a conversa entrou em especulações sobre as dimensões do muro, o Cacique Juarez se manifestou: “se cercar só o buraco não tem espaço para o espírito andar. Toda a vida a gente vai tá vindo visitar o nosso lugar sagrado”. Em seguida, comentou que o ideal seria fazer um cercado maior, estimando por volta de 200 m². Embora as dimensões em metros não estivessem tão claras, a fala do Cacique Juarez sinaliza que seria inadequado cercar individualmente cada trincheira, sem conexões ou espaços de circulação entre elas, que são necessários tanto para os Munduruku que querem visitar seu lugar sagrado, quanto para os espíritos que ali habitam. Nesse momento, no entanto, o representante da Bertolini comentou em voz alta: “se é para inviabilizar o empreendimento...”.



Imagem 10: Conversa entre Cacique Juarez, sua esposa Juquita, seu filho Leonildo e o perito Pedro Moutinho, ao lado da terceira trincheira com estrutura funerária visitada no Sítio Arqueológico Santarenzinho, em 06 de maio de 2022. Foto de Rodrigo Oliveira.

Na sequência, o Pajé Fabiano mais uma vez se manifestou, dizendo que “não é querer tomar o espaço de ninguém, é apenas para preservar a parte cultural nossa”. Um dos caciques, reservadamente, comentou algum tempo depois sobre a postura dos representantes da empresa Bertolini e Ambientare:

“do jeito que eles querem fazer, não querem preservar nada. Cerco pequeno não vai proteger nada, não quero nem mais ouvir eles [...] e os outros sepultamentos que a gente sabe que tão por aí?... Vai destruir tudo. Tô

sentindo a história daqui. A gente sabe que era uma aldeia antiga, e isso para eles não vale nada”.

Em seguida, fomos até a segunda trincheira (coordenadas -4.202960° Lat. -55.833090° Long., designada T05 no TCC), de 6 m², que estava vários metros distante da anterior e continha apenas um esqueleto. Ali, **o Pajé Fabiano afirmou que aqueles não eram os únicos sepultamentos e certamente havia outros ainda não revelados.**

Por fim, a terceira trincheira (coordenadas -4.203910° Lat. -55.832400° Long., designada T10 no TCC), de 5 m², localizava-se a alguns metros da anterior e continha um único sepultamento. Assim como as anteriores, estava coberta por tábuas de madeira e por lonas para evitar desgaste por fatores externos, como chuva e animais. Ao final da visita, o funcionário da Ambientare reforçou que, caso o posicionamento dos indígenas fosse de cercar uma área maior de proteção das trincheiras, isso poderia inviabilizar o empreendimento. Notamos certa expectativa por parte dos representantes da Bertolini e da Ambientare de que a definição sobre a área preservada fosse feita naquele momento, ou então no parecer antropológico; mas, como exposto durante a reunião, sinalizamos que esse era apenas um diálogo prévio que necessariamente deveria aguardar o posicionamento formal do povo Munduruku na sua Assembleia Geral.

Ao final da visita, retornamos para Itaituba na hora do almoço e demos prosseguimento à segunda parte do trabalho de campo, com foco nas ameaças que rondam outro lugar sagrado para os Munduruku, o Daje Kapap, no interior da TI Sawre Muybu. Partimos para a aldeia Sawre Muybu na tarde do dia 05 de maio, onde nós, da equipe pericial, ficamos hospedados por duas noites, e retornamos para Itaituba no dia 07, partindo em seguida para Santarém, finalizando o trabalho de campo.

3. Respostas aos quesitos

3.1 Lugares sagrados e a relação dos Munduruku com o território

Um manuscrito de 1742, guardado na Biblioteca Pública de Évora, em Portugal, intitulado "Breve Notícia do Rio Topajôs, cujas cabeceyras ultimo se descobrirão no anno de 1742 por huns certanejos ou Mineiros do Matto Grosso" (BPE, CXV/2-

15 'Breve Noticia do Rio Topajôs,' fol. 51r, 5) parece ser o primeiro registro histórico acerca do povo Munduruku, lá referido como “Manurucûs” (ROCHA, 2017, p. 93). Eles têm ocupado vastas áreas do Alto e Baixo Tapajós não só ao longo desses três últimos séculos, mas também em períodos anteriores.

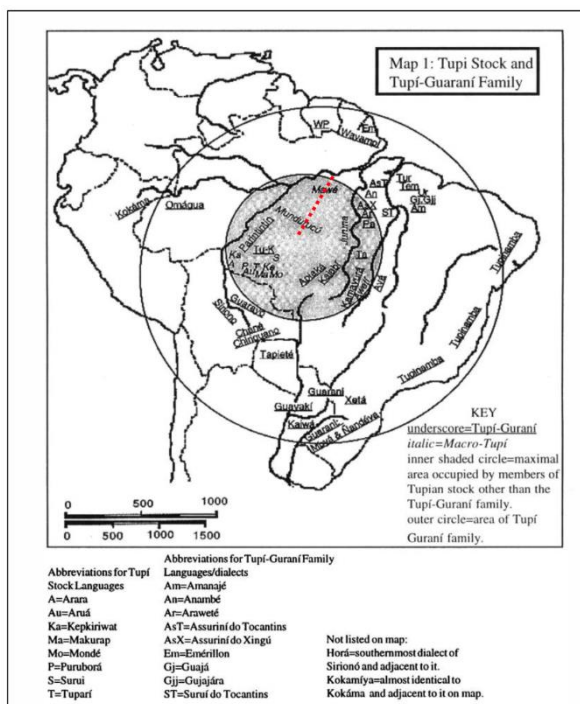


Imagem 11: Mapa da dispersão da família Tupi-Guarani (círculo maior) e dos povos do Tronco Tupi outros que não Tupi-Guarani (círculo cinza). Mapa de Urban, 1996, p. 66, *apud* ROCHA, 2017, p. 80.

A tese doutoral em Arqueologia de Bruna Rocha busca “preencher a lacuna entre a história pré-colombiana e a história pós-Conquista da região” (do Tapajós). Como aponta a autora, “na região do Tapajós, como em outros lugares nas Américas”, a colonização europeia da Amazônia foi “um período de profunda transformação marcado por epidemias, missões e incursões de escravização após o desembarque de Cabral na costa brasileira em 1500” (*id.*, p. 82). Sendo os Munduruku um povo cuja língua é do tronco linguístico Tupi, convém observar o mapa acima, que apresenta, em cinza, a máxima área ocupada por grupos do tronco Tupi (dentre eles os Munduruku) que não da família Tupi-Guarani, e a área do círculo mais amplo, que apresenta a ocupação da referida família linguística.

Fontes do século XVIII descrevem a resistência Munduruku à Conquista portuguesa e seus “ferozes” ataques. Em 1795, o estabelecimento da paz entre os Munduruku e os portugueses marcou profundas mudanças, com o deslocamento de muitos deles para a proximidade de missões estabelecidas no Tapajós e sua atuação militar ao lado dos portugueses, o que se configurou como estratégia Munduruku para salvaguardar sua autonomia através da colaboração (ROCHA, 2017, p. 96). Aires de Casal, em 1817, ao se referir à região do Rio Tapajós, afirma que os Munduruku “deram ao país o seu nome” (1976 [1817], p. 324). De fato, aquela região ficou conhecida, no início do século XIX, como “Mundurucânia”, o que permite aquilatar a relevância dos Munduruku e amplitude de sua ocupação e protagonismo geopolítico nas regiões do Baixo, Médio e Alto Tapajós.

No que diz respeito à relação dos Munduruku com a localidade de Santarenzinho, objeto deste parecer, o “Relatório de Educação Patrimonial e Levantamento do Patrimônio Imaterial”, produzido pela empresa Ambientare em 2017⁹, fornece dados históricos importantes acerca da ocupação pregressa dos Munduruku naquela área:

“A comunidade de Santarenzinho está situada na margem direita do rio Tapajós, distante 17 km da sede urbana de Itaituba. No séc. XVIII, com a expulsão dos jesuítas do vale do rio Tapajós, os colonos portugueses tomaram o controle das missões e fizeram uma reorganização política, econômica, social, administrativa, judicial e religiosa, o que elevou as missões à categoria de vilas como a aldeia de Uxituba, fundada em 1797, que passou a se chamar Santarém-mirim e depois Santarenzinho. Porém, em 1848 a aldeia passou a ser uma missão e na época, relatos apontaram que cerca 343 índios da etnia Munduruku viviam na região. Segundo registros, o nome Uxi significa fruto comestível e tuba retrata abundância (SILVA e QUINTERO, 2014).” (AMBIENTARE, 2017, p. 17)

A existência da aldeia Munduruku de Uxituba (ou Ixituba), outrora situada onde hoje está o Sítio Arqueológico Santarenzinho, é fartamente documentada em relatos históricos, como os do missionário capuchinho Egídio de Garésio (SULIMAN, 2016), do viajante Henri Coudreau (1977), do naturalista João Barbosa Rodrigues (TORRES, 2017), do geógrafo Antônio Baena (2004) e do desenhista Hércules Florence (FONSECA, 2018).

⁹ No bojo do Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial nas Áreas de Influência da Estação de Transbordo de Cargas Rurópolis, município de Rurópolis, Pará (nº 01492.000505/2015-37).

De acordo com Suliman (2016, p.11), Ixituba foi uma das quatro aldeias que integrou a missão do Baixo Tapajós¹⁰, localizada nas proximidades de Santarém e que permaneceu ativa de 1848 a 1855.

“A princípio a missão compreendia três aldeias: *Santa Cruz*, situada à margem esquerda do rio Tapajós, próxima a freguesia de Aveiro e a vila de Pinhel, distante quatro dias de viagem de Santarém; *Curi*, situada também à margem esquerda do Tapajós, distante seis dias de Santarém; e *Ixituba*, situada à margem direita do Tapajós, distante oito dias de Santarém (Baena, 2004, p. 230-259; Pará, 1849, p. 81-82). Em 1853, nova aldeia denominada Maloca Nova foi incorporada a missão, fixada próxima às cachoeiras do Alto rio Tapajós, acima de Itaituba (vide mapa sinalizado) (Pará, 1854, p. 216).”

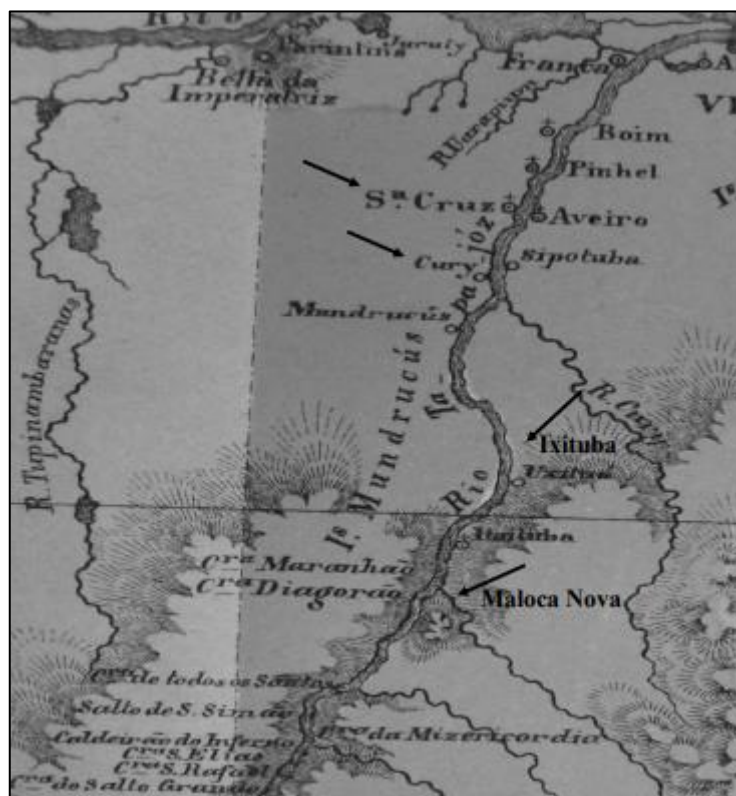


Imagem 12: Mapa do rio Tapajós e dos aldeamentos da missão dos Mundurucu: *Santa Cruz*, próxima a Aveiro; *Cury*, próxima a Sipotuba; *Uxituba (Ixituba)*, próxima à Itaituba, e *Maloca Nova*. In: SULIMAN, 2016, p. 12.

Os relatos históricos analisados por Suliman (2016, p. 13) revelam que, no período de estabelecimento da missão do Baixo Tapajós, “as quatro aldeias eram

¹⁰ “Em 1848, [a missão do Baixo Tapajós] foi estabelecida enquanto missão oficial do governo central, financiada e organizada conforme as diretrizes legais do Regulamento das Missões, decreto imperial nº 426, de 24 de julho de 1845, que previa diretrizes para a reorganização dos grupos indígenas descritos como selvagens em aldeamentos dirigidos por agentes leigos e religiosos através do binômio catequese/civilização (Moreira Neto, 1988; Sampaio & Erthal, 2006)” (SULIMAN, 2016, p. 11)

constituídas de índios da etnia Mundurucu”, totalizando “1.149 índios aldeados”, e que, no final da década de 1840, Ixituba “contava com 181 homens e 162 mulheres, totalizando 343 índios”. A missão foi instalada em antigos povoados e locais de missões de padres jesuítas e de capuchos da Piedade, de tal modo que cada uma apresentava resquícios de construções habitadas pelos indígenas, além de igrejas com paredes de barro e, normalmente, coberturas de palha. “Conforme as primeiras informações de frei Garésio, na aldeia de Ixituba algumas casas eram cobertas por palha, mas a igreja era coberta por telhas” (SULIMAN, 2016, p. 73).

Suliman (2016, p. 74) compara os relatos de frei Garésio com aqueles encontrados no Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará, de Antônio Baena (2004), publicado em 1839, no qual afirma que a aldeia de Uxituba, na década de 1830, era composta por 48 habitações e uma igreja com telha, onde habitavam “485 índios, 2 brancos e 4 escravos”, totalizando um contingente maior de pessoas do que aquele registrado na implantação da missão do Baixo Tapajós.

Relatos um pouco mais antigos do desenhista franco-brasileiro Hércules Florence, que participou da expedição do Barão Georg Heinrich von Langsdorff entre 1825 e 1829, já destacavam que “na margem esquerda do rio Tapajós, existiam várias concentrações de índios Mundurucu, em especial na margem oposta à cidade de Itaituba, onde está o distrito de Uxituba, local habitado por alguns portugueses e índios Mundurucu” (FONSECA, 2018, p.304).

Alguns dos relatos históricos e etnográficos sobre a região do rio Tapajós também trazem informações sobre as práticas funerárias dos Mundurucu. De acordo com Fonseca (2018, p. 404),

“a partir dos relatos, ora descrevendo os atos funerários, ora afirmando a presença de urnas funerárias, fica claro que a região de Itaituba e seus arredores assemelham-se, sobretudo, aos padrões de sepultamento, mudando basicamente alguns modos de tratamento direto sobre o corpo (como esquartejamento e/ou descarne), mudanças que podem ter sido influenciadas pelo contato entre as comunidades dessa região antes mesmo da colonização ou pela mudança na dinâmica cultural e ritual, fruto do contato com os colonizadores. Os dados levantados para a região apresentam um padrão de sepultamento geralmente secundário após o tratamento direto sobre o corpo.”

Observa-se, no entanto, que os sepultamentos encontrados recentemente no sítio Santarenzinho, local da antiga aldeia de Uxituba, são do tipo primário, destoan-

do do padrão de sepultamento secundário encontrado na região. De acordo com a arqueóloga e professora da UFOPA, Anne Rapp Py-Daniel, em reunião com os peritos signatários deste parecer no dia 03 de junho de 2022, isso pode indicar que os sepultamentos encontrados em Santarenzinho sejam, provavelmente, mais antigos do que a missão do Baixo Tapajós em Uxituba, sinalizando uma ocupação ainda mais antiga dos Munduruku na região.

Hoje, os Munduruku habitam, predominantemente, 15 terras indígenas¹¹ em três estados brasileiros (AM, MT e PA), concentradas na bacia do rio Tapajós e entorno, sobretudo no estado do Pará. É importante frisar que a presença de terras indígenas dessa etnia em toda a extensão do Tapajós, do Baixo ao Alto, revela a antiguidade e a consistência da ocupação Munduruku em toda a região, mas não deve ser vista de maneira isolada. Isso porque todo aquele espaço entre as áreas demarcadas e em processo de demarcação, permeado por aldeias e lugares sagrados Munduruku, foi e ainda é percorrido e habitado pelos indígenas dessa etnia, que, em vários momentos da história, se engajaram na defesa de seu território tradicional. E, no presente, continuam a se engajar na defesa desse território, de modo especial, pelas suas iniciativas de autodemarcação.

3.2 Lugares sagrados e a relação dos Munduruku com seus mortos

A partir da literatura antropológica acerca dos Munduruku, pode-se afirmar que, para eles, com a morte não há uma ruptura na relação entre os que morreram e os vivos. Ao contrário, os ritos funerários expressam uma relação continuada entre vivos e mortos. Se tal afirmação é verdadeira para os Munduruku do início do século XX, consideramos, a partir do trabalho de campo, que ela também é válida para o povo Munduruku contemporâneo.

¹¹ TI Aldeia Beija Flor; TI Apiaká do Pontal e Isolados; TI Apiaká-Kayabi; TI Bragança/Marituba; TI Coatá-Laranjal; TI Kayabi; TI Mundurucu; TI Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno; TI Munduruku-Taquara; TI Praia do Índio; TI Praia do Mangue; TI Sai Cinza; TI Sawré Bap'in (Apompu) (KM 43); TI Sawré Juyubu (São Luiz do Tapajós) e TI Sawré Muybu (Pimental).

Em artigo acerca da produção escrita dos missionários franciscanos alemães da Missão de São Francisco do Rio Cururu, Collevatti coleta as seguintes informações dos frades a respeito dos ritos funerários dos indígenas:

“Nos casos de morte de um Munduruku na guerra, por sua vez, Frei Hugo (Mense, 1927) observou que cortavam sua cabeça, braços e pernas e tudo era cozido em panelas de barro e colocado em cestos e enterrado, pelos parentes, no interior das “malocas”, o que impedia que se formasse na Missão um cemitério cristão, como é relatado pelo autor do Diário:

já há muito tempo estou pensando em formar um pequeno cemitério, mas o descaso das pessoas para esse assunto fez com que eu empurrasse esse plano para mais tarde. Os Mundurucu enterram seus mortos na Maloca e nós procuramos, para todos os casos de morte, um lugar determinado para isso”. (DMSF, 1919, p. 76) (Collevatti, 2009, p. 655).

A dificuldade dos missionários em formar um cemitério na Missão deve-se ao apego dos Munduruku aos seus costumes funerários de sepultamento no interior das malocas. Tal prática ilustra de forma palpável a forte continuidade dos laços sociais entre vivos e mortos.

Por outro lado, Horton, em seu artigo no *Handbook of South American Indians*, editado por Stewart, discorre assim acerca dos usos funerários dos Munduruku:

“Quando ocorre uma morte, os parentes maternos do falecido cortam seus cabelos, escurecem seus rostos e realizam um lamento prolongado pelos mortos. O cadáver, envolto em uma rede, é colocado de pé com os joelhos flexionados em sepultura cilíndrica sob o piso da habitação. Os bens sepultados consistem em ornamentos e outros pequenos objetos. Esqueletos de homens de alto status são exumados e queimados depois que a carne se decompõe; as cinzas são enterradas em jarros.

Quando um guerreiro é morto em um campo de batalha distante, sua cabeça é levada de volta à aldeia e exposta com seus ornamentos, flauta e armas. Depois de uma festa em homenagem ao falecido, a cabeça é pendurada no pescoço de sua mãe, viúva ou irmã, e seus companheiros guerreiros se comprometem a vingar sua morte. Durante esta cerimônia, o xamã é isolado em uma cabana especial onde toca a flauta sagrada (kaduke). A cerimônia é repetida anualmente, terminando com a quarta apresentação, quando a cabeça é finalmente enterrada na casa do falecido”. (Horton, 1948, p. 279).

Ao entrevistarmos lideranças, pajés e caciques Munduruku, pudemos perceber como na atualidade permanece fortemente presente entre eles a percepção da continuidade da relação entre os vivos e os mortos, ainda que vários costumes funerários não sejam os mesmos do início do século passado. De tal sorte que, na maioria das vezes, quando ouvíamos falar de um “lugar sagrado”, tratava-se de um lugar de sepultamentos e/ou um lugar onde habitam espíritos dos mortos. Apresentaremos algumas das falas em que isto foi evidenciado.

Na reunião que realizamos no dia 04 de maio, na Aldeia Praia do Mangue, em Itaituba, o Cacique Adriano, da Aldeia Sawre Apompu assim se referiu ao Karobixexe, lugar sagrado no Rio Teles Pires, onde foi construída a barragem da UHE Teles Pires:

“A gente não mexe. O grande mexe. No Teles Pires tem um lugar que é sagrado, porque o índio Munduruku não vai pro céu, não. É pra lá que vai. É uma aldeia grande. [...] Onde é lugar sagrado, tem as pessoas que moram. E a gente não pode mexer, não. Mexer com eles, já viu como é... É por isso que a gente respeita. Ali é uma aldeia muito grande. É invisível.”

Desse modo, os lugares para onde se destinam os espíritos dos indígenas mortos são aldeias invisíveis, na perspectiva Munduruku. Os pajés são aqueles dotados de visão para ver o invisível. Eles podem reconhecer a presença dessas aldeias e orientar todo o grupo social para que respeite esses lugares. Assim disse o Pajé Fabiano, na mesma ocasião:

“Têm lugares que é pra ser reservado. Fomos até o Teles Pires, até Alta Floresta. Vi muitas coisas que devem ser preservadas, principalmente lá na barragem. Estou com 78 anos. Neste mês, se Deus quiser, vou pros 79. Existe mesmo esses lugares sagrados, onde existe espíritos daquele povo do passado, dos nossos entes queridos também, avós, bisavós.”

O Cacique Brasilino, que também esteve no Sítio Santarenzinho na ocasião do trabalho de campo da perita em Arqueologia do MPF, bem como o Pajé Fabiano, assim se referiu ao local:

“Uma moradora de lá, dizendo que, desde criança, ela contou a história dela, que há muito tempo morava indígena, não sabe qual etnia. Mas pajé sabe quem é que morava lá. Lá é terra preta, bem arejado, cheia de mato alto, mas embaixo é limpinho, terra preta todinha. Tem

juareizal, que vocês chamam de macaúba¹². Lá tem bastante macaúba lá. Indígena gosta de macaúba. Aí tem várias coisas lá, que eu me senti um pouco tenso. A Sandra disse que tava com a perna tremendo. Fomos até três buracos que tinha. Tinha quatro caveiras. Tinha três num local só.”

Em sua fala, o Cacique Brasilino elencou os *sinais exteriores* de que o Sítio Santarenzinho é local de antiga aldeia Munduruku: terra preta “todinha” e muita presença de macaúbas. Também assinalou alguns *sinais interiores*, ou seja, sentimentos vivenciados pelos presentes: ele se sentia tenso, outros tremiam. No que toca à “terra preta de índio”, a Profa. Bruna Rocha assim a define em sua tese doutoral:

“Solos conhecidos como terras pretas amazônicas ou terras pretas de índio são compreendidos como correlacionados com profunda mudança social que se deu ao longo de muitas áreas da Amazônia por volta do primeiro milênio A.D. (Arroyo-Kalin 2010b, p. 476; Neves et al. 2003, p. 29). Terras pretas amazônicas são sítios arqueológicos por definição, contendo altos níveis de nutrientes, matéria orgânica e vestígios cerâmicos, líticos, faunísticos e botânicos (Kern et al. 2003; Neves, Petersen, Bartone & Silva 2003). A formação de terras pretas amazônicas pode ser uma consequência não intencional de habitação humana e/ou o resultado intencional de manejo do solo (Neves et al. 2003, p. 35); de um modo ou de outro, as terras pretas amazônicas são um sólido fator indicativo da presença de estilos de vida sedentários na Amazônia (Arroyo Kalin 2010b, p. 476). Em contraste com os oxissolos amazônicos “naturais”, as terras pretas amazônicas são extremamente férteis.” (ROCHA, 2017, p. 54, tradução nossa).

Na mesma reunião, na Aldeia Praia do Mangue, o Cacique Jairo Saw Munduruku, da Aldeia Sawre Aboy, no Médio Tapajós, falou-nos longamente a respeito do que são os lugares sagrados para o povo Munduruku.

“Nós queremos que nosso direito seja reconhecido e respeitado. Se essas pessoas destroem nosso lugares sagrados, podemos ser lesados e elas podem ser processadas. Destruíram nosso lugar sagrado Karobixexe, Sete Quedas, agora querem destruir aqui. [...] Aqui era aldeia dos Munduruku e dos Maués. Tudo isso aqui é local dos antepassados. Do outro lado [em relação a Itaituba, onde acontecia a reunião], hoje se chama Miritituba, os nossos antepassados falavam Uxituba.”

¹² A palmeira *Acrocomia aculeata*, conhecida popularmente por vários nomes, dentre eles macaúba, mucajá, macaíba.

O Cacique Jairo inicia fazendo a correlação entre o problema atual em Santarenzinho e o que aconteceu no Teles Pires, quando foi destruído o lugar sagrado Karobixexe, conhecido pelos não-indígenas como Salto Sete Quedas (Cf. Brissac, 2019). Para a construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires, foi dinamitado o Karobixexe – um dos lugares para onde vão os espíritos dos Munduruku mortos, segundo a cosmovisão Munduruku. Tal violência causou – e ainda causa – considerável sofrimento para esse povo. Jairo Saw, em seguida, afirma que a região onde está o Sítio Santarenzinho era chamada pelos antepassados Munduruku de Uxituba, e que lá se encontrava uma aldeia. Essas afirmações são confirmadas pela História e pela Arqueologia.



Imagem 13: Cacique Jairo Saw, na reunião do dia 5 de maio, na Aldeia Praia do Mangue. Foto de Sérgio Brissac.

Jairo explica que, ainda que aparentemente lugares como Santarenzinho pareçam ser espaços abandonados, na verdade, sob o olhar Munduruku, tais lugares têm vida:

“Eu falava dos locais sagrados, uma aldeia abandonada. Mas lugar abandonado pra nós não é lugar abandonado. Tá lá o cemitério do antepassado, tá lá os pertences de um guerreiro, e fui explicando que no lugar tá lá os espíritos, lá tem vida. Mesmo que o mato tenha tomado conta há não sei quantos anos, mas se você for naquele local, você vai ouvir as pessoas falarem, você vai ouvir as pessoas assobiarem, vai ouvir de noite as pessoas cantarem, vai sentir um arrepio. Porque o espírito tá presente, você vai se emocionar, você vai sentir. Por isso que eu digo que não é um lugar abandonado, tem pessoas morando ali, tão guardando aquele espaço que é deles.”

Não se tratam, portanto, de “lugares abandonados”, porque há neles uma *presença*. Presença invisível de espíritos, como os espíritos daqueles indígenas que foram lá sepultados. Para perceber essa presença, é preciso estar atento àqueles *sinais interiores* citados pelo Cacique Brasilino: a escuta de vozes, assobios, cantos ou a sensação de arrepio. Dessas múltiplas formas, vários Munduruku se dão conta da presença dos espíritos dos antepassados. No caso dos pajés, há também, muitas vezes, a visão desses espíritos. E o Cacique Jairo complementa: se há moradores nesses lugares, eles estão “guardando um espaço que *é deles*.” Tal afirmação reveste-se de uma densidade ética: tais lugares são sagrados e não podem ser mexidos porque pertencem a um *outro*, pertencem aos espíritos dos antepassados. Ele prossegue sua fala, dando o exemplo de uma urna funerária que se encontra em um museu em Itaituba:

“Eu aprendi isso também ao longo do tempo, visitei o museu Parauacu. Pariwat escreveu Paraguaçu [Museu Municipal de Itaituba Aracy Paraguaçu]. [...] E aí olhando lá ele falando, mostrou a peça de uma panela de barro com restos mortais, de braços cruzados. Eu perguntei: todos os Munduruku eram enterrados assim dessa forma? Aí, tinha as peças de fazer manikuera, instrumentos sagrados. Do mesmo jeito, intacto. Aí tinha um remo, que era pra mexer a manikuera enquanto tava fervendo. Aí eu falei sobre a urna: e esses restos mortais, quem merece ser enterrado? Quando um homem *é dawiat*, um homem responsável por conduzir uma festa especial, esse era a pessoa. [...] Quando esse homem morresse, se não tiver o sucessor, quando morrer, os restos mortais têm que ser enterrados junto com seu pertence. A panela continua sendo usada se tem outro pra continuar. Fui aprendendo.”

Os costumes funerários dos Munduruku do passado e do presente estão entrelaçados, conforme a reflexão do Cacique Jairo. O uso ritual da manikuera¹³, alimento tradicional oferecido aos mortos, reveste-se de grande importância para o povo Munduruku. Tanto o Pajé Fabiano quanto o Pajé Alcivan afirmaram que, quando voltarem ao Sítio Santarenzinho, eles deverão oferecer a manikuera aos espíritos que lá habitam. O ritual de preparação e consumo desse mingau expressa a continuidade das rela-

¹³ Segundo Munduruku e Jesus (2021, pp. 117; 118), a manikuera “é um mingau sagrado que chamamos de *Kaxidi* em nosso idioma. [...] Ela é feita de caldo de Mandioca-Doce e três tipos de Cará: o Cará-Açu, Cará-Branco e Cará-Preto, também é feita de Banana da Terra, essa atividade é realizada por duas partes, homens e mulheres. A contribuição dos homens nesta atividade é arrancar, carregar e ralar a mandioca doce. Em seguida, todo o processo é feito, basicamente, pelas mulheres, que após ser ralado entra na parte de cozimento da mandioca para ser misturada a um determinado ponto de cozimento, com a supervisão das mulheres mais experientes do grupo.”

ções entre vivos e mortos entre os Munduruku. Como afirmam Munduruku e Jesus (2021, p. 17), a manikuera é “feita com muita delicadeza, pois há uma série de cuidados necessários, porque é uma bebida sagrada, existindo regras específicas para serem cumpridas na sua preparação”. Uma dessas regras é “a oferenda para os espíritos, que antes, ou em um dos primeiros momentos de consumo, é deixar em um lugar específico uma certa porção da Manikuera, que é a parte oferecida aos espíritos [...]” (*Id.*, p. 19).



Imagem 14: Consumo coletivo da manikuera, na Aldeia Nova Munduruku, TI Apiaká/Kayabi. Foto do arquivo pessoal de Maria Valdenize Munduruku, in: Munduruku e Jesus, 2021.

Ao prosseguir com sua reflexão durante a reunião, o Cacique Jairo explica que há uma interligação entre os vários lugares sagrados dos Munduruku:

“Nosso maior patrimônio, Parobixexe, acho que em 1985, a TV cultura fez reportagem sobre esse local sagrado. Foi registrado em vídeo, documentário. Em 1985, tem documentário da TV Cultura sobre as Sete Quedas, o Parobixexe. Finado Biboi dizia que quando alguém morre ele vai pra lá. É lugar de paz. Aí, eu fico imaginando, mas como? Existe uma interligação de cachoeira pra outra. Mas porque Munduruku fala que é lugar sagrado? Porque lá no submundo, no mundo deles, tem uma cidade, é como se fosse uma estrada, uma linha de trem. No Kerepoca, Sete Quedas e esses outros lugares, tem um lugar chamado *numã*. *Numã* é uma passagem secreta. É uma porta secreta, uma passagem secreta. Aí, eu fui entendendo um pouco. Como o pajé faz o trabalho dele? Porque ele faz uma viagem. Chama caminho da minhoca. Como assim? Ele se transforma em minhoca? É um túnel onde ele vai fazer essa viagem para outra dimensão, é uma questão de segundo. Ele pode tá aqui, alguns segundos ele já tá ali: é uma passagem, uma interligação, um caminho.”

O conceito Munduruku de *numã* é semelhante aos buracos de minhoca da Física contemporânea, uma estrutura hipotética que conecta dois pontos distantes do espaço-tempo. Em um lugar sagrado, como o Karobixexe, haveria essas passagens invisíveis que o conectam com outros lugares sagrados. Dessa forma, o território Munduruku pode ser visto como rede na qual se interconectam vários lugares sagrados, o que faz com que o desrespeito a qualquer um desses lugares tenha consequências para o conjunto do povo Munduruku, ou, até mesmo, para todos os seres humanos (OLIVEIRA, 2015). É o que afirma a seguir o Cacique Jairo Saw, mostrando que eventos negativos poderiam ir muito além do povo Munduruku:

“Então quando a gente fala que o local sagrado foi destruído, os espíritos se revoltam. Então, se mexer em local sagrado, o que acontece: um desastre vai acontecer; desastre não só entre os Munduruku. A enchente em muitos lugares do Brasil tá alagando a cidade, lá no Japão é tsunami, terremoto. Por quê? Porque tão mexendo no local sagrado, nós sabemos disso. Munduruku sabe bem disso. Sabe que, se mexer no local sagrado, vai acontecer alguma coisa. Vão sofrer as consequências, seja por meio de doença, de tragédia.”

Por fim, refletindo sobre os vários lugares sagrados Munduruku que já foram violados, ele pede uma atuação da Justiça, que reconheça que houve destruição do patrimônio do seu povo:

“Então, isso para nós é um desrespeito muito grande. O nosso rio Tapajós tá ameaçado, é como se não existíssemos. Os Munduruku hoje parece que não existe no mapa. O empreendimento, querem fazer de qualquer jeito, ouvindo ou não o povo... se a gente disser não, eles tão lá construindo. É estranho quando um Munduruku vai visitar, vê os seus artefatos, a cerâmica, na sua arte, e ainda é impedido de visitar aquele local, que é dele, o patrimônio é dele, ainda tá sujeito a ser multado. Como ele pode ser multado se é dele? Então, o que eu quero é a Justiça poder dizer [aos responsáveis pelo empreendimento]: olha, vocês é que têm que pagar pelos danos que vocês fizeram [aos Munduruku], destruíram o patrimônio deles, destruíram o local sagrado deles, destruíram as escrituras que tinham nas pedras lá, destruíram lá o lugar, a morada dos espíritos dos antepassados.”

O Cacique José Emiliano Krixí, da Aldeia do Papagaio, no Rio Teles Pires, Alto Tapajós, também relacionou a presença dos espíritos dos mortos nos lugares sagrados aos perigos que podem ser desencadeados pela violação desses espaços:

Os espíritos dos antepassados estão lá. Eles não querem que mexe. Onde a gente mexe em lugar sagrado, eles ficam zangados: pegam criança, matam adulto, qualquer pessoa. Eles têm todo tipo de arma: pessoa morre de faca, de arma de fogo, de toco, às vezes quebra o braço, quebra a perna, pau cai em cima da pessoa, morre afogado. Todo tipo de arma eles sabem. Porque eles têm o poder de Deus. É por isso que a gente não quer que mexa em lugar sagrado. O lugar sagrado tem que ficar lá no local. Ficar e ninguém mexer, nem nós, nem o branco. Porque aqui, na nossa região, tem muito lugar sagrado que nós não conhecemos ainda. Os nossos antepassados andavam por toda essa região, até Santarém, até Belém. No Kripuri, tem a casa do porco. Lá que o Karosakaibu montou a casa deles. Eles varavam lá no Karobixexe. Aí quando eles morrem, eles vão pra lá, no espiritual. Essas cachoeiras bonitas, montanhas bonitas, é lugar sagrado, porque eles ficam lá. Pajé conhece bem isso.

O Pajé Alcivan, da Aldeia Caroçal, às margens do Rio Cururu, no Alto Tapajós, também participaria da reunião que tivemos na Aldeia Praia do Mangue. Entretanto, devido ao estado de saúde de sua mãe – que, posteriormente, veio a falecer – ele não pôde se deslocar até Itaituba. Assim, no dia 1º de junho fizemos uma entrevista *online* com ele, pela plataforma Zoom.

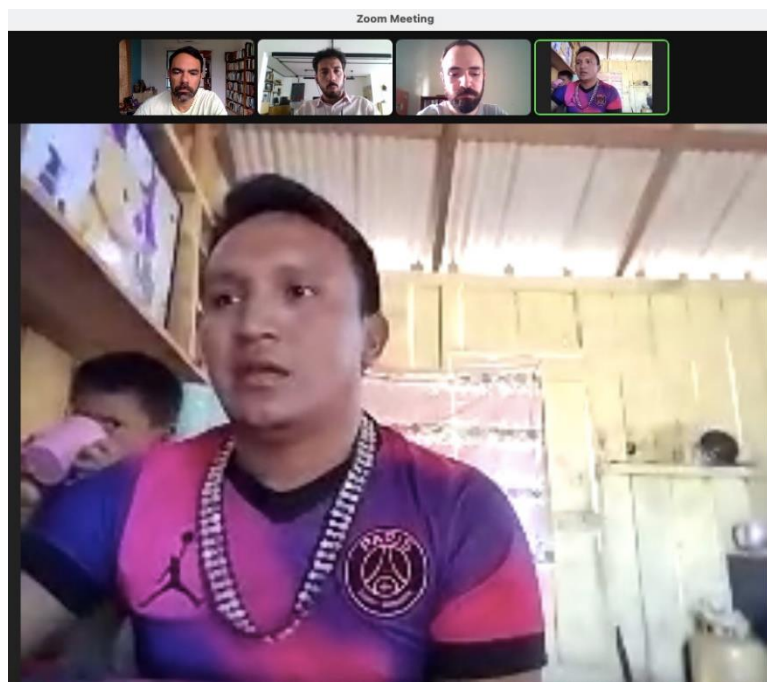


Imagem 15: Pajé Alcivan na reunião de 1º de junho de 2022, com os autores e Rodrigo Oliveira. Captura de imagem de tela da plataforma Zoom.

Mesmo sendo ainda jovem, Alcivan é um pajé muito reconhecido entre os Munduruku. Ele afirma que “existe pajé que estudou mesmo pra ser pajé.”. Mas, que, no caso dele, ele “é pajé desde que nasceu”. Sua mãe o levou a outro pajé e este disse que Alcivan já era pajé. Nas palavras dele, “Deus deu esse dom pra mim, pra eu ajudar meu povo.”

O Pajé Alcivan comentou a destruição dos lugares sagrados Karobixexe e Dekoka’a, este último no Rio São Manuel, onde fizeram a barragem da UHE São Manuel:

“A gente tá tendo muita consequência aqui na aldeia. A gente tá sofrendo porque nossos lugares foram destruídos sem consultar ninguém. Antes de destruir, fomos lá no local que foi destruído. Eles [os espíritos] disseram que estavam preocupados. Eles não aceitaram destruição. E do mesmo jeito a empresa destruiu. Eles tão soltos por aí, não têm mais lugar onde ficar. Tinha tudo bem organizado. Aquela aldeia foi destruída. Dois lugares foram destruídos. Não fizeram perguntas pros pajés. Não perguntaram nada. Os *pariwat*¹⁴ primeiro têm que consultar. Primeiro, tem que ouvir o pajé. Nosso parente que virou espírito. Quem morre vai pra lá, pro lugar sagrado. Nosso lugar sagrado é fábrica. Igual *pariwat* também. Tem fábrica de feijão, de arroz. A nossa fábrica é Kerepoca¹⁵, que produz peixe. Agora tá tendo pouca alimentação. É porque foi destruído. Destruí dois lugares sagrados. Se Kerepoca for destruído, vai acabar tudo. O Puikaa¹⁶ tá sendo ameaçado. O invasor tá indo lá sem consultar com o pajé. Não pode entrar os *pariwat* estranhos no lugar sagrado. Os estranhos nem se preocupam com essa parte. Eu mesmo me preocupo muito. Se o lugar sagrado for destruído não vai sobrar nada pra nova geração. O Kerepoca, o Karobixexe e o Dekoka’a, eles estão ligados. É a mesma coisa. O Kerepoca distribui os alimentos pro Karobixexe. Os espíritos não sabem o que vão fazer, estão todos por aí, estão sofrendo muito.”

Observe-se aqui a mesma perspectiva expressa pelo Cacique Jairo Saw: os lugares sagrados estão interligados. O desrespeito e a destruição de um lugar sagrado não têm consequências apenas para o entorno desse lugar. É a vida de todo o povo Munduruku que é colocada em risco. Os espíritos sofrem e os vivos também podem sofrer:

¹⁴ *Pariwat* é o termo na língua Munduruku que designa os não indígenas, também chamados genericamente de ‘brancos’.

¹⁵ A Kerepoca é uma cachoeira que fica no rio Cururu, próximo à aldeia Santa Maria.

¹⁶ O Puikaa é um lugar sagrado que fica no Rio Teles Pires, a 5 horas de viagem, de barco, da barragem da UHE Teles Pires.

“No Sete Quedas e no Dekoka’a, tinha muito espírito lá, tinha aldeia, tinha tudo. A usina hidrelétrica chegou lá e matou um monte de espíritos lá, só um pouquinho sobreviveu. Eles tão rodando por aí. São muitos, não têm espaço. Eles tão pensando em fazer outras aldeias. Eles já tão sabendo que o Puikaa tá ameaçado. Eles sempre me comunicam dizendo que não vão permitir mais fazer isso, estão muito preocupados. Vai faltar alimentação para os nosso filhos, até peixe e caça. Vai acontecer acidente, vai acontecer alguma coisa com nossos parentes. Por isso que nós Munduruku, a gente não deixa fazer isso. É muito sagrado, é muito respeitado.”

Perguntado sobre o que aconteceria se, porventura, os ossos dos sepultamentos fossem retirados de Santarenzinho, Pajé Alcivan respondeu:

“Acidente vai acontecer. Lá no Teles Pires uma menina tinha 14 anos, ela foi na pescaria, o pau passou no olho dela, só passou e já furou o olho. Fez cirurgia, daí tirou. Então, aquele acidente aconteceu. Podem acontecer acidentes com facão, machado, picada de cobra, picada de escorpião. Eu fico muito preocupado. Aquele lugar [Santarenzinho] também é muito importante.”

Quando indagamos acerca do ataque de jacaré que causou a morte de um menino indígena de 8 anos de idade na Aldeia Boa Fé (TI Sawre Muybu), no Médio Tapajós, no dia 04 de maio, Alcivan disse:

“Eu fiquei sabendo. Aquele acidente, e por quê que isso aconteceu. Os espíritos disseram que alguns lugares sagrados foi mexido e foi tirado peça. Vai mexer e vai acontecer mais. Com quem tirou não vai acontecer não, mas pra nós que vive no mato vai acontecer algumas coisas. A gente fica muito preocupado. Como somos vários pajés aqui da região. Puikaa foi mexido pelo pesquisador sem autorização: menina perdeu o olho e aconteceu o alagamento da cachoeira. Caiu um raio numa aldeia no rio Cururu, por causa do Karobixexe e do Dekoka’a. Tem que levar bebida tradicional. Levou bebida tradicional, aí parou. Quando acontece isso, é quando tira algumas peças principais do lugar sagrado.”

Na medida em que o desrespeito aos lugares sagrados configura violações contra os espíritos dos mortos, aos olhos dos Munduruku, o Pajé discorre sobre a importância dos rituais de oferecimento de manikuera e caxiri, lembrando que foram feitas essas oferendas para os mortos das urnas retiradas pela CHTP:

“Levamos bebidas tradicionais pra eles [espíritos]. Eles sempre me comunicam que devemos levar as bebidas tradicionais. Eles se alimentaram e ficaram felizes. Eles estavam pedindo pra sair de lá, da cidade.

Aí cumprimos isso. Agora eles estão no mato. [...] A gente tá oferecendo a bebida pra eles de novo. A bebida é caxiri e mingau de manikuera. Pra fazer essa última, a gente tira a mandioca, tira o cará e mistura. Coloca água. Primeiro tem que caçar a mandioca e misturar com o cará. Coloca água e bota no forno. E vira um mingau. O caxiri a gente tira cana, faz xibé e garapa, e batata, aí já faz o caxiri. Primeiro os idosos vão comer, junto deles. Depois adolescente, criança. Mas, primeiro mesmo, vai beber os espíritos. Depois dos espíritos, bebem os idosos. Só as mulheres que bebem separado dos homens.”

Assim, o Pajé Alcivan quer visitar o Sítio Santarenzinho e lá oferecer aos espíritos a manikuera e o caxiri. Ele espera que em breve possa conseguir meios de se deslocar do Alto Tapajós, acompanhado de mais um ou dois pajés, e visitar a aldeia dos antepassados em Santarenzinho. **E disse que, ao fazer essa visita com outros pajés, poderia avaliar a dimensão da área que não pode ser mexida, pois é sagrada, e, desta forma, levar o consenso dos pajés para a Assembleia do Povo Munduruku.** De momento, adianta que sua percepção é de que a aldeia em Santarenzinho é grande:

“Acho que tem mais enterramento do que esses. Cercados de 5 metros é pouco demais. Talvez a empresa queira fazer só 5 metros e outros enterramentos vão ficar fora. E vão tirar o mato e destruir o lugar. Porque eles não sabem onde que tá o lugar sagrado. A empresa não entende de espírito. Essa aldeia é bem grande. Essa floresta tem que ser preservada. Nenhum tipo de destruição pode ter nessa floresta. Tem vários sagrados aí dentro. Vai deixar outros sagrados de fora.”

3.3 Lugares Sagrados e o protocolo de consulta Munduruku

Ao se refletir sobre a proteção aos lugares sagrados de um povo indígena, uma segunda questão sempre vem à tona: quem serão aqueles que, em nome do povo indígena, podem dizer que determinado lugar é sagrado e deve ser protegido de qualquer ameaça de destruição? Em outras palavras, é o problema da representatividade que se coloca. Esta questão foi abordada pelas lideranças presentes durante a reunião na Aldeia Praia do Mangue; e também chegamos a conversar sobre o assunto na ida ao Sítio Santarenzinho e na entrevista com o Pajé Alcivan.

Desde já, podemos adiantar a resposta: no trabalho de campo, sempre nos foi afirmado que o Protocolo de Consulta Munduruku indica o modo correto de obter o posicionamento do povo Munduruku. E quanto a isso, o documento do Protocolo de Consulta é claro:

“Quando um projeto afeta todos nós, a nossa decisão é coletiva. O governo não pode consultar apenas uma parte do povo Munduruku (não pode, por exemplo, consultar só os Munduruku do Médio Tapajós ou só os do Alto).

Nenhuma associação Munduruku decide pelo povo Munduruku, nenhuma associação responde pelo nosso povo. As decisões do nosso povo são tomadas em assembleia geral, convocada por nossos caciques. São os nossos caciques, reunidos, que definem a data e o local da assembleia geral e convidam os Munduruku para participar dela. Nas assembleias, as nossas decisões são feitas depois de discussão: nós discutimos e chegamos a um consenso. Se for preciso, discutimos muito. Nós não fazemos votação. Se não houver consenso, é a maioria que decide.” (PROTOCOLO, 2014).

A importância de se consultar todo o povo Munduruku já ficou manifesta nas tratativas realizadas com a liderança Alessandra Korap Munduruku, coordenadora da Associação Pariri e vice coordenadora da FEPIPA, que articulou a realização de uma reunião com algumas lideranças para dialogarmos acerca do Sítio Santarenzinho, na Aldeia Praia do Mangue. Ainda que o local seja no Médio Tapajós, pôde-se perceber todo o esforço empreendido pelas lideranças para obter apoio de parceiros de modo a viabilizar a presença de caciques e lideranças do Alto Tapajós. Ainda que as grandes distâncias e o alto custo dos deslocamentos interpusessem dificuldades, foi, afinal, possível a presença de uma pequena representação do Alto Tapajós: o Cacique José Emiliano Kixi, da Aldeia Papagaio, e sua filha, a liderança Ediene Kixi, da Associação Wakoborun. É importante destacar que a própria Ediene manifestou certo desconforto pela ausência de outras lideranças Munduruku do Alto Tapajós e de várias associações naquela reunião, já que, devido ao tempo disponível, não foi possível garantir maior quantidade e variedade de representantes:

“Qualquer decisão, nós temos coletividade, como associação de defesa, os caciques, as mulheres e os pajés. Por isso, nós falamos sempre, deixamos nosso recado, de respeitar também. A partir de agora, em outros eventos, tenha a consciência de que somos muitos. Nós temos cinco organizações só no Alto [Tapajós]. A nossa coletividade está trabalhando em coletivo. Tenha consciência disso, nós precisamos ser consultados também.”

Desta forma, pelo seu empenho, na prática, as lideranças reiteraram a afirmação do Protocolo de Consulta: “Quando um projeto afeta todos nós, a nossa deci-

são é coletiva. O governo não pode consultar apenas uma parte do povo Munduruku” (*Id.*).

O diálogo que estabelecemos com lideranças Munduruku acerca do Sítio Santarenzinho ocorre em um contexto de fortes conflitos internos. Várias lideranças relataram que, apesar do posicionamento majoritário dos Munduruku em proteger e preservar o seu território, há lideranças que têm sido cooptadas para servir aos interesses de empresas, garimpeiros e invasores em troca de benefícios materiais. O Cacique Jairo Saw assim descreve a situação atual:

“Faz tempo que eu desejo sentar com vocês, equipe, liderança, associação, pra falar sobre a questão da luta pelo território. Já falei uma vez, ano passado, quando teve uma reunião, falei na presença dos caciques que eu queria trabalhar com MPF para fortalecer a luta do povo. [...] Existem dois grupos de Munduruku: um é favorável aos empreendimentos e projetos de lei, como o PL 191. Tem dois grupos. Um grupo que defende o território e tem outro que quer se autodestruir. [...] O que quero dizer é que mais pessoas podem morrer, ser ameaçadas. Se um bom guerreiro tá cicatrizado, ele tem experiência de luta. Tem meus filhos e meus netos pra usufruir dessa riqueza e conhecimento, e que possam viver com dignidade, como seres humanos, como povo. Um povo que sabe dar valor à natureza e à própria vida. Que tem relação com o rio, com a floresta, com os animais. Na esfera do governo federal, há um desrespeito muito grande. Não só a mim, mas à população indígena no Brasil. Seus direitos estão sendo negligenciados e não sendo respeitados. Os principais são os artigos 231 e 232.”

O cacique segue fazendo uma análise de como se chegou a tais posicionamentos autodestrutivos de alguns Munduruku e detecta uma ação intencional, concertada, de certos *pariwat* (não-indígenas) que buscam cooptar os Munduruku:

“Munduruku não tá invadindo território de ninguém. Terra indígena Sai Cinza tá registrada, mas por que tá registrada e tem destruição? Tem que lutar para que não venha invasor. Essa é organização do povo Munduruku. Mas, cada um tá puxando pro seu lado. Munduruku tem que olhar pra frente. O inimigo é aquele que quer nos destruir. Estão contratando especialistas na arte da guerra, pra manter nossa divisão. *Pariwat* vira e fala que tem ouro e trabalho na sua terra. E eles caem na conversa deles. Aí, o cacique não é mais respeitado, as lideranças também não, ninguém quer falar em reuniões. Aí, esquecem das lideranças principais, começa a ser cooptado. *Pariwat* traz seu maquinário, engana eles. E aonde tá parando essa riqueza? Tá fora do país. Quero que o governo possa nos respeitar. Eu tenho muito áudio deles, muitas ameaças. Procurei Ministério Público. Eles tinham cronograma

de operação, tinham tudo isso. Como tá vazando isso? Eles tão articulados. Acredito que os próprios Munduruku tão se articulando com os *pariwat*. É isso que eles queriam. É um desrespeito com a própria nação Munduruku.”

O Cacique José Emiliano Kixi, da Aldeia Papagaio, no Rio Teles Pires, explicitou o entendimento de que apenas algumas associações dos Munduruku têm legitimidade e que, diferentemente do passado, hoje em dia, a Associação Pussuru não trabalha em defesa dos direitos do povo Munduruku:

“A Associação Pussuru era organização da gente. Hoje mudou. Todo governante que chega, mudou ideia, quer negociar as coisas. Se não está trabalhando em cima do estatuto, a gente não aceita nenhum governante. Hoje, com o Francinaldo Cosme, tá envolvido só com os garimpeiros, com os invasores. Quer só negociar a terra, quer só negociar madeira. E a gente não aceita. Nós não queremos que nenhum receba nem aprova esses documentos. Pode aprovar documento do Pariri, documento do Wakoborun, documento do Da’uk, documento do Iprereg Ayu, documento do Dace, documento do Wuyxaximã. Essas associações são que atendem hoje o seu povo, defende o seu povo. Pussuru não!”

O Pajé Alcivan também fez sua reflexão acerca daqueles Munduruku que atuam no garimpo ilegal, destroem lugares sagrados, ameaçam lideranças e querem entregar a terra aos *pariwat*:

“Os garimpeiros destruíram muitos lugares sagrados. Os garimpeiros indígenas nem ligam pra essa parte. Eles já são virados no *pariwat* já. A gente lutou contra essa invasão e contra esse garimpo ilegal. Onde tem ouro ele vai destruir. Tá acontecendo muito. Os garimpeiros, quem luta eles ameaçam. Até eu fiquei ameaçado. O próprio parente tá entregando parente pra matar. É muita tristeza. Se meu irmão que tá querendo mandar me matar pra alguém, isso é assim, nossos parentes mesmo liderando nossa área pra entrada dos *pariwat*, pra destruir nossa Amazônia.”

Frente a posicionamentos como esses descritos acima pelo Pajé Alcivan, as lideranças tradicionais firmam o seu posicionamento pelo estrito cumprimento do Protocolo de Consulta Munduruku, ou seja, há que ser ouvida a Assembleia Geral do Povo Munduruku. Como resume Ediene Kixi:

“Quando a gente fala “sagrado”, é sagrado! Pra quem não entende, os não-indígenas conhecem sagrado mais da Bíblia. Então, é a mesma

coisa, o sagrado é sagrado! Se a gente fala sagrado dos nossos locais, é que não pode mexer! Pode acontecer várias coisas se mexer, se destruir, pode acontecer muitas coisas. A gente confia muito no MPF, o único órgão que a gente ainda confia é o MPF. E tem que estar de acordo com o Protocolo de Consulta do Povo Munduruku.”

O Protocolo de Consulta Munduruku foi construído coletivamente pelo Povo Munduruku em setembro de 2014, na Aldeia Waro Apompu, Terra Indígena Munduruku, e na Aldeia Praia do Mangue, tendo sido aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku na Aldeia Sai Cinza, em 13 e 14 de dezembro de 2014. Oliveira (2021), a partir de bem lograda etnografia documental, explicita o contexto no qual esse documento foi elaborado, a saber, a mobilização frente aos esforços do Governo Federal para a construção da UHE São Luiz do Tapajós, para, em seguida, apresentar “a dissensão normativa entre a sensibilidade jurídica munduruku e a sensibilidade jurídica governamental quanto ao direito à consulta prévia” (OLIVEIRA, 2021, p. 2631). Como aponta o autor, essas distintas sensibilidades jurídicas “se confrontam em um contexto radicalmente assimétrico”, no qual, de um lado, a sensibilidade jurídica munduruku se esforça por “estabelecer um espaço efetivo e culturalmente adequado de participação e decisão” e, por outro, a sensibilidade jurídica governamental intenta “suprimir o poder decisório dos indígenas, formatando a consulta prévia como uma etapa meramente burocrática” (*Id.*, p. 2651). Oliveira conclui que

“ainda que se defenda que o Brasil adota o pluralismo jurídico formal unitário (HOEKEMA, 2002) – no qual cabe ao próprio direito estatal definir as possibilidades de aplicação dos sistemas jurídicos dos grupos étnicos -, o que se demonstrou, a partir de dados etnográficos e de revisão da legislação, é que o próprio direito estatal relativiza sua onipresença na regulação dos processos concretos de consulta prévia, o que implica no reconhecimento da juridicidade dos Protocolos de Consulta Prévia.” (*Id.*, pp. 2652/2653)

Tal reconhecimento nos leva à inelutável conclusão de que, no caso em análise, se faz necessário aguardar a deliberação da Assembleia Geral do Povo Munduruku a respeito do Sítio Santarenzinho, sob pena de desrespeitar os ditames da Convenção nº 169 da OIT e ignorar a jurisprudência da Corte Interamericana, repetindo as graves violações já perpetradas contra o direito do povo Munduruku à preservação de seus lugares sagrados.

4. Conclusão

Em nossos diálogos no trabalho de campo, o povo Munduruku tem afirmado de forma clara a sua convicção de que o Sítio Santarenzinho é uma antiga aldeia de seus ancestrais. De fato, os dados etnoarqueológicos apontam que esse local é onde se situava a Aldeia de Uxituba, do povo Munduruku. Além disso, o trabalho de campo evidenciou que esse sítio é um lugar sagrado, um lugar que “não se deve mexer”. Isso, porque, para os Munduruku, não se trata de um local “abandonado”, mas sim de um lugar habitado e guardado pelos espíritos dos ancestrais Munduruku no tempo presente. Embora os não-indígenas vejam ali apenas árvores, plantas e animais, os pajés Munduruku enxergam, escutam e sentem a presença dos espíritos que lá habitam.

Nas reuniões realizadas com lideranças Munduruku, foi posicionamento unânime dos pajés, caciques e lideranças que os restos mortais encontrados no Sítio Santarenzinho pela prospecção arqueológica não devem ser retirados do local. Ainda que já haja este posicionamento unânime das pessoas que participaram de reuniões conosco durante o campo, todos afirmaram também que, segundo o Protocolo de Consulta Munduruku, a instância a ser consultada numa questão como essa é a Assembleia Geral do Povo Munduruku. E cabe a um órgão do Estado brasileiro, no caso o Iphan, realizar o procedimento dessa consulta. Assim, consideramos que é necessário aguardar até a ocasião da assembleia, quando, legitimamente, poderá ser consultada e se manifestar a instância representativa desse povo indígena. Até lá, a única atividade cabível na área seria a adoção de medidas de proteção dos restos mortais *in situ*, para protegê-los das intempéries e de animais, sem retirá-los dos locais de enterramento.

Durante a visita ao Sítio Santarenzinho, no dia 5 de maio de 2022, as lideranças foram indagadas acerca da possibilidade de compatibilização entre a permanência dos enterramentos nos locais em que foram encontrados e a implantação da ETC Rurópolis. Chegou-se a cogitar que fosse cercada uma área que englobasse os três lugares de sepultamento, entretanto, não se chegou a um consenso acerca de suas dimensões. Considerando as vastas dimensões do Sítio Santarenzinho e a plausibilidade de que haja mais enterramentos na área, entendemos, com base no Protocolo de Consulta Munduruku, que esta é uma indagação que somente pode ser respondida pela

assembleia geral. Portanto, indicamos a necessidade de o empreendedor não realizar novas intervenções no terreno, tendentes à implantação da ETC, até que se pronuncie a Assembleia Geral do Povo Munduruku.

É o parecer.

Eusébio/Manaus, 27 de setembro de 2022.

SÉRGIO GÓES TELLES BRISSAC
Analista do MPU/Perito em Antropologia

PEDRO MOUTINHO COSTA SONEGHETTI
Analista do MPU/Perito em Antropologia

Referências bibliográficas

AMBIENTARE. *Relatório de Educação Patrimonial e levantamento do Patrimônio Imaterial* (SEI 01492.000505/2015-37). Brasília, 2017.

AMENOMORI, Sandra Nami. *Laudo Técnico n° 186/2022-ANPMA/CNP*. Brasília, Ministério Público Federal, SPPEA, 2022.

AMENOMORI, Sandra Nami; PARANHOS, Maria Fernanda. *Parecer Técnico Conjunto n° 001/2015*. Brasília, Ministério Público Federal, 4ª CCR/6ª CCR, 2015.

AZEVEDO, Aroldo de. “Aldeias e aldeamentos de índios”. In: *Boletim Paulista de Geografia*, n° 33, 1959, pp. 23-40. Disponível em: <<http://www.etnolingüística.org/biblio:azevedo-1959-aldeias>> Acesso em 20 set. 2022.

BAENA. Antônio L. M. *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

BRISSAC, Sérgio Góes Telles. *O direito dos povos indígenas à preservação de seus lugares sagrados: o Povo Munduruku e o Salto Sete Quedas, na Amazônia brasileira*. Monografia (Graduação em Direito). Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/49326> Acesso em 18 set. 2022.

COLLEVATTI, Jayne Hunger. “A invenção (franciscana) da cultura munduruku: sobre a produção escrita dos missionários da Província de Santo Antônio”. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2009, V. 52, n° 2, pp. 633-676.

COUDREAU, Henri. *Viagem ao Tapajós*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, [1897] 1977, p. 162.

DIAS, Bárbara do Nascimento. “Com os espíritos dos antigos”: a luta do povo Munduruku do médio Tapajós pelo território e pela vida. 2021. 138 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

FONSECA, Diego Barros. Práticas funerárias no baixo rio tapajós, Amazônia. *Amazônica: Revista de Antropologia*, v. 10, p. 298-326, 2018.

HENRIQUE, Márcio Couto. “Entre fuzis, cachaça e crucifixos: a catequese dos Munduruku no aldeamento do Bacabal (1872-1882)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 41, n° 88, 2021. pp. 307-329.

HORTON, Donald. “The Mundurucu”. In: Stewart, Julian (ed.). *Handbook of South American Indians*. Vol. 3. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1948, Bulletin 143, pp. 271-282.

MUNDURUKU, Maria Valdenize Saú; JESUS, Lori Hack de. “Manikuera: mingau sa-grado do povo Munduruku”. In: *Revista de Comunicação Científica*, 2021, vol. 1, n° 8, pp. 114–121. Disponível em: <<https://periodicos.unemat.br/index.php/rcc/article/view/5557>> Acesso em 18 set. 2022.

MURPHY, Robert F. *Mundurucú Religion*. Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1958, p. 146.

OLIVEIRA, Frederico César Barbosa de. “Redes de Comunicação Espiritual e a Burocracia do Licenciamento Ambiental no Rio Teles Pires”. In: *Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 37, 17 fev. 2015.

OLIVEIRA, Rodrigo Magalhães de. “‘Respeitem a forma de a gente ser’: Protocolo de Consulta Munduruku e pluralismo jurídico.” In: *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, Vol. 12, n°04, 2021, p. 2628-2657. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/xJ4SJdgYVgZvrsfnLGK9pXQ/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em 08 jun. 2022.

PROTOCOLO de Consulta Munduruku. Aprovado em assembleia extraordinária do povo Munduruku na aldeia Sai Cinza, em 13 e 14 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas/docs/ProtocolodeConsultaMunduruku.pdf>>. Acesso em 08 jun. 2022.

RAMOS, André. “Munduruku”. In: *Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Munduruku>>. Acesso em 20 set. 2022.

ROCHA, Bruna Cigaran da. *Ipi Ocemumuge: A regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. Tese de Doutorado (PhD) em Arqueologia. Institute of Archaeology, University College London. Londres, 2017, p. 425.

SULIMAN, Sara da Silva. *O capuchinho e os Munduruku: um estudo sobre a missão do Baixo Tapajós (Pará, 1848-1855)*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará (UFPA). Belém, 2016.

TORRES, Maurício (org.). *Laudo de Perícia Territorial*. Análise das contestações ao Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Sawre Muybu, Itaituba, PA. Santarém, 2017. p. 174.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. *Termo de Conclusão de Campo (TCC)*. Projeto de Salvamento Arqueológico, Sítio Arqueológico Santarenzinho. Áreas de influência da Estação de Transbordo de Cargas Rurópolis, Pará. Rurópolis, 2021, p. 106.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PGR-00398065/2022 PARECER TÉCNICO nº 1086-2022**

Signatário(a): **PEDRO MOUTINHO COSTA SONEGHETTI**

Data e Hora: **27/09/2022 23:09:55**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SERGIO GOES TELLES BRISSAC**

Data e Hora: **27/09/2022 23:11:10**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave ea6d1d4d.428879be.a8b09ac9.74cca43f